

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FELIPE BRESSAN GIORDANI**

**ÁFRICA OCIDENTAL E A AGENDA SECURITÁRIA: DETERMINANTES  
HISTÓRICOS E A EMERGÊNCIA DO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO**

**Porto Alegre**

**2017**

**FELIPE BRESSAN GIORDANI**

**ÁFRICA OCIDENTAL E A AGENDA SECURITÁRIA: DETERMINANTES  
HISTÓRICOS E A EMERGÊNCIA DO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz  
Pereira

**Porto Alegre**

**2017**

### CIP - Catalogação na Publicação

Giordani, Felipe Bressan

África Ocidental e a Agenda Securitária:  
determinantes históricos e a emergência do terrorismo  
contemporâneo / Felipe Bressan Giordani. -- 2017.

74 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. África Ocidental. 2. Terrorismo. 3. Guerra ao  
Terror. 4. Al-Qaeda no Magreb Islâmico. 5. Boko  
Haram. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II.  
Título.

**FELIPE BRESSAN GIORDANI**

**ÁFRICA OCIDENTAL E A AGENDA SECURITÁRIA: DETERMINANTES  
HISTÓRICOS E A EMERGÊNCIA DO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dra. Kamilla Raquel Rizzi  
UNIPAMPA

Aos meus pais

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil e ao povo brasileiro, por ter me dado a oportunidade de cursar um ensino superior de qualidade e por financiar meus estudos. Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos seus funcionários, sejam professores, técnico-administrativos ou terceirizados, que contribuíram para criar um ambiente de ensino público e gratuito de excelência.

Agradeço aos professores e mestres do curso de Relações Internacionais, por seus ensinamentos e por estimularem o debate, de suma importância para meu desenvolvimento acadêmico. Mais especificamente, agradeço à minha orientadora, a Profa. Analúcia Danilevicz Pereira, pela disponibilidade e atenção despendida durante a elaboração deste trabalho e por ser um grande exemplo de profissional. Também gostaria de agradecer ao Prof. Paulo Visentini e à Profa. Kamilla Rizzi, por terem aceitado compor a banca examinadora deste trabalho.

Aos meus queridos amigos da Turma 10, agradeço por esses cinco anos de amizade, companheirismo e convívio. Vocês são imensamente responsáveis pelo meu crescimento e amadurecimento pessoal. Gabriela, Marina, Melissa, Joana, Guilherme e Camila, em especial, agradeço pelas memórias que compartilhamos nesses anos. Não poderia ter tido parceiros de aventuras melhores que vocês. Também gostaria de agradecer à Rafaela, por dividir frustrações e desabafos nesse período de TCC.

Aos meus amigos de colégio, Fernando, Carolina, Pedro, Lucía, Rafaela, Henrique e Esther, que continuam comigo depois de tanto tempo, obrigado por existirem e persistirem na minha vida.

Ao Antonio, agradeço pela paciência e compreensão durante esse processo. Tenho certeza que posso contar sempre contigo, assim como tu sabes que pode contar sempre comigo.

Finalmente, gostaria de agradecer à minha querida família, meu porto seguro. Aos meus pais, Ivan e Solange, por acreditarem em mim e sempre me incentivarem a dar o meu melhor. Obrigado por terem me proporcionado uma educação privilegiada e de qualidade e pelo amor e dedicação incondicionais. Nada que eu disser aqui pode expressar o tamanho da gratidão que eu tenho por vocês. Ao meu irmão, André, obrigado por ser um exemplo de dedicação e profissionalismo. Aos meus tios, tias, primos e primas, agradeço pelo companheirismo e pelo carinho que vocês me dão desde que me entendo por gente. Eu tenho a melhor família do mundo.

*“Education is the most powerful weapon which you  
can use to change the world.”*

*Nelson Mandela (2003).*

## RESUMO

A presente monografia tem como objetivo central analisar os principais fatores que determinaram a emergência e a expansão das atividades de grupos terroristas contemporâneos de tendência islâmica na região da África Ocidental, sobretudo a partir de meados dos anos 1990 e após os atentados de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos (EUA). Parte da hipótese de que o terrorismo contemporâneo consiste em um fenômeno multicausal, resultado de condições históricas, estruturais e conjunturais, internamente e externamente aos Estados da região, organizados em três níveis de análise: histórico-estatal, sistêmico e conjuntural. Tendo isso em vista, através da realização de uma revisão de bibliografia qualitativa e da análise das fontes, inicialmente procura efetuar uma revisão histórica circunstancial do continente africano, de forma a analisar os processos de construção político-social dos Estados da África Ocidental e a influência das potências europeias e da Guerra Fria nesse ínterim. Em seguida, examina o período pós-Guerra Fria e as mudanças que o término da bipolaridade global transmitiu ao continente africano, salientando a emergência de novos desafios econômicos e securitários, as transformações na organização política interna nos países da região e o advento de novos atores não estatais. Por fim, empreende análises empíricas de dois casos paradigmáticos de grupos terroristas islâmicos presentes na África Ocidental, destacando seus aspectos formativos mais específicos, e examina a nova agenda de segurança internacional originada a partir dos atentados terroristas do 11 de Setembro, baseada nos preceitos da “Guerra ao Terror” global.

**Palavras-chave:** África Ocidental. Terrorismo. Agenda de segurança. Guerra ao Terror. Al-Qaeda no Magreb Islâmico. Boko Haram.



## ABSTRACT

This monograph's central objective is to analyze the main factors that have led to the emergence and expansion of the activities of contemporary terrorist groups in the West African region, especially since the mid-1990s and after the attacks of 9/11/2001 in the United States (USA). It starts from the hypothesis that contemporary terrorism consists of a multicausal phenomenon, the result of historical, structural and conjunctural conditions, internally and externally to the states of the region, organized in three levels of analysis: State-historic, systemic and conjunctural. With this in mind, through a review of qualitative bibliography and analysis of sources, it initially seeks to carry out a circumstantial historical review of the African continent, in order to analyze the social-political construction processes of West African States and the influence of the European and the Cold War powers in this interim. It then examines the post-Cold War period and the changes that the end of global bipolarity transmitted to the African continent, highlighting the emergence of new economic and security challenges, the transformations of the internal political organization in the countries of the region and the advent of new non-state actors. Finally, it undertakes empirical analysis of two paradigmatic cases of Islamic terrorist groups in West Africa, highlighting their more specific formative aspects, and examines the new international security agenda arising from the terrorist attacks of 09/11/2001, based on the precepts of the global "War on Terror".

**Keywords:** West Africa. Terrorism. Security agenda. War on Terror. Al-Qaeda in the Islamic Maghreb. Boko Haram.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADMs	Armas de Destruição em Massa
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
AQMI	Al-Qaeda no Magreb Islâmico
BM	Banco Mundial
CDA	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Econômica Europeia
EIS	Exército Islâmico da Salvação
EUA	Estados Unidos da América
FIS	Frente Islâmica de Salvação
FLN	Frente de Libertação Nacional
FMAR	Força Multinacional de Ação Rápida
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
GIA	Grupo Islâmico Armado
GSPC	Grupo Salafista para Pregação e Combate
ICTTS	Iniciativa Contraterrorista Transaariana
IPS	Iniciativa Pan-Sahel
MNA	Movimento dos Não Alinhados
MUJAO	Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAEs	Programas de Ajuste Estrutural
PCTTS	Parceria Contraterrorista Transaariana
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 DO COLONIALISMO AO NEOCOLONIALISMO: A FORMAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL .....</b>	<b>14</b>
2.1 O COLONIALISMO E SEUS LEGADOS .....	14
2.2 A FORMAÇÃO DOS NOVOS ESTADOS AFRICANOS E AS RELAÇÕES NEOCOLONIAIS FRANCESAS E BRITÂNICAS .....	21
2.3 A ÁFRICA NA LÓGICA DA GUERRA FRIA.....	26
<b>3 A ÁFRICA E OS NOVOS DESAFIOS DO PÓS-GUERRA FRIA .....</b>	<b>32</b>
3.1 O SISTEMA INTERNACIONAL E A ÁFRICA NO PÓS-GUERRA FRIA.....	32
3.2 A NOVA DIMENSÃO DA INTERFERÊNCIA ESTRANGEIRA E A CRESCENTE PRESENÇA CHINESA .....	37
3.3 A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES NÃO ESTATAIS NA ÁFRICA E AS ORIGENS DO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO .....	42
<b>4 TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL E A NOVA AGENDA SECURITÁRIA PÓS-11/09/2001.....</b>	<b>48</b>
4.1 GRUPOS TERRORISTAS NA ÁFRICA OCIDENTAL: OS CASOS DA AL-QAEDA NO MAGREB ISLÂMICO E DO BOKO HARAM .....	48
4.1.1 A Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) .....	50
4.1.2 O Boko Haram.....	54
4.2 A NOVA AGENDA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL PÓS-11 DE SETEMBRO: A “GUERRA AO TERROR” EM ANÁLISE.....	58
4.2.1 A “Guerra ao Terror” Global.....	59
4.2.2 Contraterrorismo na África Ocidental: o AFRICOM e a militarização da região.....	60
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de não se apresentar como um fenômeno recente na história mundial, o terrorismo internacional passou a consistir em uma questão central e de grande relevância na agenda política global a partir, principalmente, dos ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América. Desde então, verificamos uma escalada dos estudos a respeito do terrorismo, em suas variadas formas e manifestações, pois o processo passou a gerar consequências e a ser o foco de atenção e combate a nível mundial.

Não existe uma definição conceitual ou amplamente aceita do termo “terrorismo”, bem como não há consenso acadêmico no que se refere aos critérios para a classificação de um grupo como “terrorista”. Segundo Visentini (2012), o termo é empregado, na maioria das vezes, de forma ampla e inadequada, apresentando fortes conotações políticas e morais, tendo sido objeto de manipulação para justificar uma nova agenda securitária internacional (VISENTINI, 2012). Usualmente são considerados seu caráter não estatal e a sua meta de evocar medo e terror na população civil através de atos violentos, visando objetivos de cunho político, ideológico e/ou religioso e com o intuito de coagir Estados ou órgãos internacionais a tomar ou deixar de tomar alguma atitude.

Ademais, existe um grande consenso entre os métodos e principais características atribuídas aos grupos terroristas do presente, quais sejam: a violência indiscriminada, as ações imprevisíveis, o emprego da tortura, do sequestro, de execuções e, mais comumente, de atentados com explosivos ou outros meios contra a população civil, dirigentes políticos ou alvos militares (GONZÁLEZ, 2017). Contudo, até os dias atuais foram registrados mais de 100 definições distintas da palavra “terrorismo”, assim como diversas listas de grupos considerados terroristas, variando conforme o país ou o órgão mundial que a elaboraram. Para efeitos deste trabalho, será utilizada a definição simplificada e suficiente de Cronin (2003), o qual postula que o terrorismo se apresenta como “a ameaça ou uso de violência aparentemente aleatória contra inocentes para atingir fins políticos por um ator não estatal” (CRONIN, 2003, p.33).

Com o início da década de 1990, a atividade terrorista internacional atingiria um novo marco temporal, sendo fortemente conectada a movimentos radicais islâmicos, ainda mantendo extensas ligações com ideais políticos, principalmente através da oposição à cultura e ideologia ocidental, a qual consistiria em uma ameaça aos interesses do Islã. No entanto, após os atentados

às Torres Gêmeas e ao Pentágono, a ideia inversa, de que a cultura islâmica representaria uma grande ameaça aos preceitos ocidentais, foi amplamente disseminada - com o auxílio de elementos como a globalização e a cobertura midiática -, e começou a tomar corpo o conceito de "luta contraterrorista". Assim, os países ocidentais passaram a catalogar Estados como fomentadores do terrorismo islâmico internacional, que tornara-se cada vez mais transnacional.

Iniciou-se, dessa forma, a cruzada mundial contra o "terrorismo islâmico", encabeçada pelos EUA, que serviu como justificativa para ações políticas, econômicas e militares de pressão internacional em países com estruturas governamentais fragilizadas, especialmente nas regiões do Grande Oriente Médio e da África Subsaariana, com o intuito final de obter controle sobre os governos destes Estados de forma a atingir os interesses das potências desenvolvidas. Tendo isto em vista, pretende-se, neste trabalho, examinar os processos de formação e atuação de grupos terroristas presentes na África Ocidental, bem como investigar e analisar as principais razões estruturais e conjunturais, internamente e externamente aos países, para a ampliação e expansão das atividades destes grupos na região – principalmente na Nigéria, no Mali e na Argélia -, a partir, especialmente, dos anos 1990 e dos atentados de 11 de setembro de 2001.

Tem-se como problema de pesquisa a seguinte questão: o terrorismo contemporâneo na África corresponde a uma realidade histórica que legou aos modernos Estados africanos diferentes níveis de vulnerabilidade externa, o que dificulta a constituição de uma ordem interna mais sólida. Ao mesmo tempo, a dependência em relação às dinâmicas internacionais e à própria estrutura sistêmica refletem os conflitos que correspondem à lógica moderna de construção estatal.

Como hipótese do trabalho, parte-se da ideia de que determinantes centrais de diferentes níveis de análise influenciaram a formação e motivaram grupos terroristas a atuar na região da África Ocidental. Primeiramente, a nível histórico-estatal, têm-se os processos de construção sociopolítica dos Estados africanos, condicionados pelas ações e interferências das ex-metrópoles britânicas e francesas e pelas disputas intercapitalistas e rivalidades da Guerra Fria, além do surgimento de novos atores e grupos nacionais, com ideologias e objetivos próprios. Em segundo lugar, a nível sistêmico, percebe-se o princípio de uma nova competição internacional na região e no continente como um todo, de traços econômicos, políticos e securitários, principalmente através da presença de novos atores extrarregionais, como a China, o Brasil e outros países emergentes. Por fim, a nível conjuntural, temos a constituição de uma nova agenda de segurança

mundial, baseada em preceitos antiterroristas e encabeçada pelos EUA e pelas demais potências ocidentais. Considera-se, então, que cada um dos níveis de análise apresentados desempenhou um importante papel no que tange o surgimento e a evolução dos grupos terroristas presentes na África Ocidental, influenciando tanto a estrutura interna dos Estados quanto a conjuntura e o sistema internacional.

Observa-se nas últimas décadas uma crescente importância dos estudos acerca do terrorismo dentro do campo de Relações Internacionais, principalmente a partir do pós-Guerra Fria. Os atentados ao World Trade Center consistiram em um grande ponto de inflexão, modificando intensamente a conjuntura e a balança de poder global, uma vez que atores não estatais passaram a desempenhar um papel de ainda maior importância no sistema-mundo.

Conforme Creenshaw (2010), a temática das atividades terroristas vem ganhando amplo espaço e visibilidade em livros, revistas acadêmicas, palestras, seminários e outros variados meios, ao mesmo tempo em que é amplamente incorporada às agendas securitárias de inúmeros países e organizações internacionais. Multiplicaram-se, assim, publicações relacionadas à problemática do terrorismo, majoritariamente nas comunidades acadêmicas europeias e norte-americanas. No entanto, no Brasil ainda são escassas obras essencialmente dedicadas a este assunto (CRENSHAW, 2010). Essa escassez corrobora, assim, a importância da realização deste trabalho, que se justifica também pela indispensabilidade de se desenvolver categorias e conceitos que auxiliam na compreensão e na aplicação do tema - no caso deste trabalho, à região da África Ocidental, constituída de países que, apesar de apresentarem diferenças marcantes, possuem um histórico colonial e pós-colonial semelhantes, de forma geral.

A metodologia de pesquisa utilizada nesta monografia parte de uma extensa análise qualitativa em perspectiva histórica da formação político-social dos Estados africanos – mais especificamente, dos países da África Ocidental – e de elementos sistêmicos e conjunturais que determinaram o surgimento de grupos terroristas na região em foco. Para tanto, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica especializada, através da análise de livros, artigos científicos, relatórios, dentre outros materiais.

A presente pesquisa encontra-se subdividida em três capítulos distintos, além da Introdução e da Conclusão, cada um com objetivos específicos, sistematizados em ordem cronológica. O capítulo de número 2 visa à realização de uma revisão histórica do continente, do colonialismo e dos processos de descolonização ao neocolonialismo, com o intuito de analisar os

processos de construção dos Estados da África Ocidental – com ênfase na Argélia, no Mali e na Nigéria -, o papel das potências francesa e britânica na região, bem como o legado deixado por elas, e a influência das rivalidades da Guerra Fria no continente. No capítulo 3, pretende-se analisar o período pós-Guerra Fria e as mudanças que o término da bipolaridade global trouxe ao objeto de análise estudado, salientando as transformações na organização política interna dos países da região, a emergência de novos desafios econômicos e securitários e, claro, o advento de novos atores não estatais. Finalmente, no último capítulo, tem-se como objetivo a realização de uma análise empírica de casos paradigmáticos de grupos terroristas islâmicos presentes na África Ocidental, de forma a levantar aspectos mais específicos que determinaram suas formações. Além disso, objetiva-se analisar a nova agenda de segurança internacional surgida a partir dos eventos do início do século XXI e seu impacto no continente africano, mais precisamente na África Ocidental, contrapondo a crescente ameaça terrorista e a “Guerra ao Terror” encabeçada pelos EUA à necessidade de desenvolvimento socioeconômico dos países africanos em questão.

## 2 DO COLONIALISMO AO NEOCOLONIALISMO: A FORMAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

O presente capítulo tem por objetivo central a realização de uma breve revisão histórica do continente africano, do passado colonial e dos movimentos de descolonização às relações neocoloniais e da Guerra Fria, com o intuito de analisar a evolução política e os processos de construção político-social dos Estados africanos, dando especial ênfase aos Estados da África Ocidental<sup>1</sup> e, dentro da região, à Nigéria, à Argélia e ao Mali. Dessa forma, busca-se investigar os eventos políticos chaves e compreender os principais problemas e conflitos que desempenharam importante papel na evolução dos Estados africanos. Além disso, é também fundamental verificar a dimensão que a interferência de potências externas no continente alcançou no panorama da Guerra Fria e do neocolonialismo, visto que o desenvolvimento das novas nações esteve constantemente atrelado aos movimentos do sistema internacional e às ações de seus atores mais influentes. Através dessa revisão histórica, procura-se buscar elementos e características basilares que influenciaram na formação e na propagação de atores militares não estatais no continente africano, como grupos terroristas islâmicos, sobretudo a partir dos anos 1990.

Assim, este capítulo encontra-se subdividido cronologicamente em três seções: a primeira visa a analisar as relações das metrópoles francesa e britânica com suas colônias, os processos de independência e as heranças que o período colonial deixou para os Estados da África Ocidental; a segunda parte aborda a evolução política dos novos Estados do continente, os quais foram marcados por uma nova fase de dependência neocolonial nos âmbitos político, econômico, social e cultural; e por fim, na terceira seção, procura-se verificar como se deu a inserção do continente africano no contexto da Guerra Fria e do sistema bipolar mundial.

### 2.1 O COLONIALISMO E SEUS LEGADOS

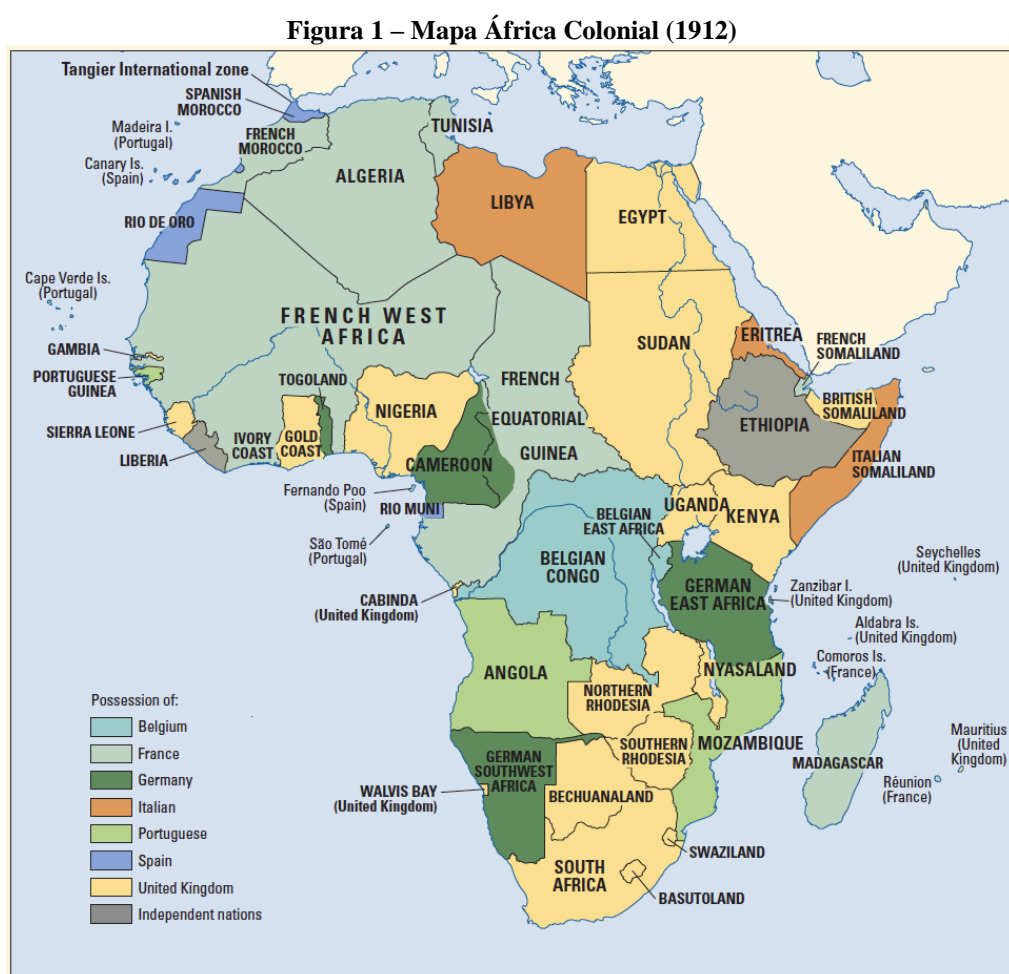
O movimento imperialista europeu na África ocorrido no final do século XIX se deu como uma resposta defensiva ao declínio da *Pax Britannica* e à ascensão de novas potências industriais no sistema mundial, como os Estados Unidos (EUA) e o Japão. Após a chamada “Era das Revoluções” e com o desenvolvimento do sistema capitalista, os países europeus tiveram

---

<sup>1</sup> Para a proposta deste trabalho, entende-se como África Ocidental a grande região geográfica africana que abarca os Estados do Golfo da Guiné - da Nigéria até Senegal -, os países do Saara-Sahel – do Chade à Mauritânia – e os Estados do norte do continente, da Líbia até Marrocos.



novas necessidades econômicas, políticas e estratégicas - de acesso a matérias primas, à mão de obra barata e a novos mercados para seus produtos manufaturados -, uma vez que acirravam-se as rivalidades intercapitalistas por novas áreas de influência e de produção e escoamento comercial. Utilizando como justificativa a expansão da ideologia liberal de abertura comercial, bem como o projeto civilizatório e o fim do comércio de escravos, as potências europeias reuniram-se na Conferência de Berlim (1884-1885)<sup>2</sup>, onde regularizaram e legitimaram suas esferas de influência e suas novas posses territoriais no continente africano, as quais podem ser verificadas na Figura 1 abaixo (RIBEIRO, 2014; CHAZAN et. al., 1999).



Fonte: Roser ([2009]).

<sup>2</sup> Na Conferência de Berlim foram estabelecidas as regras de liberdade comercial e igualdade de condições entre as potências europeias, além da legitimidade das novas conquistas. Os governantes europeus acreditavam que apenas a manutenção de esferas de influência informais não seria suficiente para preservar os territórios além-mar e poderia culminar em conflitos entre as nações europeias (SCHMIDT, 2013).

Nas décadas que se seguiram, a maior parte da África foi colonizada por franceses, britânicos, belgas, espanhóis, portugueses, alemães e italianos, sem grandes resistências por parte dos povos africanos, uma vez que as capacidades militares e tecnológicas dos europeus revelavam-se muito superiores (SCHMIDT, 2013). Visando a exploração econômica do continente, os países imperialistas buscaram adaptar os territórios recém-conquistados à nova Divisão Internacional do Trabalho, subordinando a região às suas necessidades, submetendo as populações à reorganização do sistema produtivo e obrigando-as ao trabalho orientado para os objetivos metropolitanos. Assim, configurou-se uma relação de dependência e expropriação econômica e cultural entre as metrópoles e suas colônias (RIBEIRO, 2014).

Além disso, com a modernização descontrolada e altamente concentrada nos centros urbanos, um novo sistema de estratificação social emergiu nas colônias. Segundo Chazan et. al (1999), o desenvolvimento desigual proporcionado pela intervenção metropolitana perpetrou graves disparidades na produção e na distribuição de riquezas nas colônias, culminando em um novo sistema de classes que antagonizava a burguesia – elite proprietária dos meios de produção – ao proletariado e a classe camponesa. A maioria populacional rural foi, então, marginalizada e negligenciada a partir do colonialismo, intensificando a segmentação dos vários grupos étnicos e sub-regionais presentes no continente, assim aumentando as possibilidades de conflitos internos (RIBEIRO, 2014; CHAZAN et. al., 1999).

O sistema colonial europeu acabou por transformar o mapa e a sociedade africana: as fronteiras difusas entre governos indígenas e as grandes áreas sem estruturas governamentais formais foram substituídas por demarcações feitas com base nas necessidades e interesses dos países europeus, sem levar em consideração as unidades identitárias, étnicas, religiosas e até mesmo naturais das regiões ali presentes. Uma vez definidos os territórios, sistemas hierárquicos de administração controlados pelos estrangeiros foram implementados, e os africanos acabaram ocupando posições inferiores e subordinadas aos colonizadores brancos. Ou seja, as metrópoles simplesmente estabeleceram estruturas institucionais que julgaram indispensáveis, de acordo com suas próprias experiências, para consolidar seus governos nas colônias e evitar competições entre elas mesmas (CLAPHAM, 1996).

A incorporação dos novos domínios coloniais nos mercados globais, a introdução das línguas e religiões ocidentais, a exploração de recursos minerais e de mão de obra, a implantação da propriedade privada e de um forte aparato coercitivo, dentre outros fatores, foram essenciais

para inaugurar e ampliar o processo de dependência política, econômica, cultural e ideológica das colônias africanas em relação aos países europeus. Além disso, o colonialismo dividiu o continente africano em territórios sob a égide de inúmeras potências coloniais, fragmentando a região em grandes blocos linguístico-culturais e fomentando estruturas internas e contatos externos diferenciados entre os países (CLAPHAM, 1996). Todos estes fatores determinaram o processo de balcanização da África, que mais tarde seria responsável pelo fracasso das tentativas de formar unidades políticas africanas com base nos princípios da ideologia pan-africana<sup>3</sup>.

A região da África Ocidental, mais especificamente, foi colonizada majoritariamente pela França e pela Inglaterra – a qual apoderou-se dos territórios da Nigéria, da Costa do Ouro (atual Gana), da Serra Leoa e de Gâmbia, como pode ser verificado na Figura 1. O sistema colonial francês, formado virtualmente pelas federações coloniais da África Equatorial Francesa e da África Ocidental Francesa, se deu de forma direta, através de uma administração hierarquizada e centralizada na metrópole, não existindo organismos intermediários. Assim, os vínculos entre os líderes se davam por relações de patronagem e clientelismo, altamente personalizadas, sistema que subsiste até hoje nas relações das ex-colônias africanas com a França. Por sua vez, a administração do regime britânico decorreu de forma indireta, por intermédio de chefes tradicionais nas colônias, responsáveis pelos governos locais (RIBEIRO, 2014; SILVÉRIO, 2013; HERBST, 2000).

Os impactos da I Guerra Mundial, da Revolução Soviética e da Grande Depressão de 1929, bem como os efeitos políticos e econômicos do resultado da II Guerra Mundial acarretaram em um declínio europeu no jogo de poder global – devido às necessidades de reconstrução do continente no pós-guerra - e na irradiação de movimentos político-ideológicos favoráveis à emancipação das colônias africanas. As dificuldades passadas pelos africanos em tempos de guerra<sup>4</sup> resultaram em movimentos de oposição ao colonialismo na África, através da propaganda de valores democráticos, de autodeterminação e soberania. Assim, no período de 1945-1955, novas formas de resistência africana vieram à tona por meio de movimentos políticos, movimentos sindicais, agitações culturais e religiosas. Com o advento dos partidos políticos, o

---

<sup>3</sup> O pan-africanismo consiste em um movimento político-social que surgiu inicialmente em defesa a promoção dos negros na América racista, mas que volta-se para a defesa dos movimentos emancipatórios africanos, do anti-imperialismo, do anticolonialismo e do socialismo. Apesar de inúmeras divisões ideológicas, auxiliou na criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, na militância pelas descolonizações e influenciou a união dos Estados africanos nos campos econômico, cultural, social e diplomático (RIBEIRO, 2014).

<sup>4</sup> Os africanos sofreram com reverses econômicos, com o trabalho forçado e o grande dispêndio de recursos e soldados para apoiar o esforço de guerra europeu durante a II Guerra Mundial (SCHMIDT, 2013).

continente adentrou em um ciclo de lutas de libertação nacional, calcados no sentimento nacionalista que emergia em todos os extratos das sociedades africanas (RIBEIRO, 2014; SCHMIDT, 2013).

Conforme a análise de Silvério (2013),

A luta pelo reino político – ou pela soberania política – na África colonial se desdobrou em quatro etapas: [...] [a]ntes da Segunda Guerra Mundial, produziu-se primeiramente uma fase de agitação das elites em favor de uma maior autonomia. A ela seguiu-se um período caracterizado pela participação das massas na luta contra o nazismo e o fascismo. Adveio, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, a luta não violenta das massas por uma total independência. Finalmente, sobreveio o combate armado pelo reino político: a guerrilha contra os governos de minoria branca, sobretudo a partir dos anos 1960 (SILVÉRIO, 2013, p.474).

O movimento descolonizatório da África Ocidental Britânica após a II Guerra Mundial ocorreu, principalmente, devido ao advento do já mencionado nacionalismo africano durante o período considerado; ao conjunto de ações e reações insatisfatórias da Inglaterra frente às demandas dos nacionalistas africanos e de seus partidários; e à situação degradante da economia colonial (SILVÉRIO, 2013). Segundo Schmidt (2013), a Inglaterra reconheceu a força do nacionalismo africano antes das outras metrópoles europeias e acreditou ser mais vantajoso e menos custoso conceder os poderes governamentais de suas colônias para líderes de confiança do regime britânico, ao invés de tentar manter seu controle político (SCHMIDT, 2013). Assim, o governo inglês logrou preservar sua influência política-econômica indireta em grande parte dos Estados africanos que havia conquistado. No entanto, dois casos atípicos devem ser destacados no âmbito deste trabalho, sendo eles as emancipações da Costa do Ouro (Gana) e da Nigéria.

A luta pela independência política iniciou já nos anos 1940 na Costa do Ouro, sob a direção de Kwame Nkrumah, líder fortemente engajado nas causas anticoloniais e no movimento terceiro-mundista. Nkrumah organizou greves e manifestações anti-imperialistas e acabou sendo preso em 1947. Contudo, venceu as eleições de 1951 para primeiro-ministro do regime colonial autônomo e alcançou a independência para a Gana em 1957. O governo de Nkrumah, de características socialistas, colaborou extensamente para a construção da mobilização pan-africana e foi uma grande voz na luta pelas emancipações dos Estados coloniais. Desse modo, acabou afastando-se do domínio neocolonial britânico e aproximou-se de potências como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China (RIBEIRO, 2014).

Já a Nigéria alcançou a independência política em 1960, no chamado Ano Africano<sup>5</sup>, sem ter solucionado os impasses resultantes de sua frágil unidade política. A Inglaterra unificou artificialmente três sub-regiões com estruturas, economias, etnias, religiões e culturas diferentes e contraditórias em um mesmo território, e cada uma delas passou por níveis de desenvolvimento econômico distintos durante a fase colonial e neocolonial. Tal processo manteve as três regiões em permanente conflito pelo controle governamental desde as independências e constitui um fator determinante na eclosão da Guerra Civil nigeriana em Biafra, nos anos 1960, e no surgimento de grupos extremistas no país ao final do século XX (RIBEIRO, 2014).

Por seu turno, a África Ocidental Francesa era composta por um grupo de países com níveis de inserção no mercado global e níveis de desenvolvimento distintos entre si. A França, em contraste com o governo britânico, acreditava que a manutenção de seu império colonial se fazia essencial para não perder sua posição como grande potência global e acabou envolvendo-se em guerras de independência na Indochina (Vietnã) e na Argélia. Entretanto, sua economia estava fortemente debilitada e suas posses coloniais eram constantemente ameaçadas por movimentos nacionalistas e pela influência dos EUA e da URSS. Apesar da tentativa de implementar reformas em suas colônias durante os anos 1950 e da formação da Comunidade Francesa por De Gaulle<sup>6</sup>, no final da década o país foi obrigado a conceder a emancipação para seus domínios africanos, uma vez que a metrópole já se encontrava esgotada em consequência das guerras de independência e do sentimento anticolonial. Todavia, a ex-metrópole assegurou sua influência política neocolonial na maior parte dos territórios emancipados, estabelecendo inúmeros acordos com estes nas esferas militar, econômica e política, já que os novos Estados nasceram empobrecidos e sem nenhum tipo de integração econômica com seus similares (SCHMIDT, 2013).

Especial atenção deve ser dada ao caso da guerra de independência argelina. A França possuía um grande número de povoadores franceses instalados na Argélia, além de vultuosos investimentos nos setores de mineração e agrícola. Logo após o término da II Guerra Mundial, manifestações e levantes contra a metrópole transformaram-se em rebeliões, duramente reprimidas pela metrópole francesa. Já nos anos 1950, a Frente de Libertação Nacional (FLN) -

---

<sup>5</sup> O ano de 1960 é comumente designado como o “Ano Africano”, uma vez que durante o período 17 territórios africanos consumaram sua independência e alcançaram a soberania política, sendo 13 deles ex-colônias francesas (SILVÉRIO, 2013).

<sup>6</sup> O General Charles de Gaulle foi o aclamado líder francês da II Guerra Mundial que subiu ao poder no país através de um golpe em Junho de 1958 (SCHMIDT, 2013)

movimento apoiado no Islã e no socialismo que encabeçou a luta pela independência política do país - ganhou força e começou a mobilizar a sociedade para o conflito armado, iniciado em 1954. A dura repressão francesa intensificou-se com a descoberta de reservas petrolíferas e de gás natural no Saara argelino, pois, pela primeira vez, a potência teria chances de desenvolver uma política energética independente, dispondo de recursos presentes no seu próprio território. Tal situação prolongou ainda mais a guerra e culminou na morte de quase 1/6 da população argelina, além de milhões de desabrigados. Em 1962, já intensamente desgastada, a França concede a emancipação aos argelinos da FLN, que foram estimulados, após uma experiência traumática, a auxiliar e influenciar os movimentos de independência no resto do continente africano, tornando-se uma grande voz para as lutas de libertação nacional e anti-imperialistas, assim como Gana (SILVÉRIO, 2013; RIBEIRO, 2014).

Em síntese, a dominação colonial impôs aos territórios africanos novas formas de administração, novas fronteiras superimpostas, novas relações econômicas, sociais e de trabalho e uma nova inserção no contexto político-econômico global. Apesar da expansão da integração econômica entre as regiões do continente; da criação de novas rotas comerciais; da construção de infraestruturas mineradoras e agrícolas; do desenvolvimento de novas atividades econômicas, da educação e da saúde, a experiência colonial legou aos Estados independentes africanos, de maneira geral, um *status* de dependência de recursos, mercado e de ciclos econômicos externos. A exploração mineral ficou-se fortemente controlada pelas grandes potências e por suas companhias internacionais. A concentração dos esforços produtivos em pouquíssimos setores – energético principalmente - acarretou em uma grande vulnerabilidade comercial para os países africanos, dependentes da produção de alguns poucos produtos. As trocas desiguais entre os produtores de *commodities* da África e os países industrializados exportadores de manufaturados sustentou o empobrecimento do continente. As mudanças econômicas geraram competições por recursos e estratificações sociais, criando disparidades étnicas e regionais (RIBEIRO, 2014; CHAZAN et. al., 1999). Logo, conforme Young (1994),

O Estado colonial africano durou, na maioria dos casos, menos de um século, um mero momento no tempo histórico. No entanto, reorganizou totalmente o espaço político, as hierarquias e clivagens sociais e os modos de produção econômica. Sua rede territorial – cujos contornos finais foram estabelecidos apenas nas dinâmicas descolonizatórias – determinou as unidades estatais que ganharam soberania e vieram a formar o sistema atual das políticas africanas (YOUNG, 1994, p.9-10, tradução nossa).

Todos esses processos ainda foram marcados pelo uso extensivo da violência e pela incorporação de elementos e práticas culturais estrangeiras, na forma de novas ideologias, novas religiões e novas línguas (RIBEIRO, 2014; CHAZAN et. al., 1999).

## 2.2 A FORMAÇÃO DOS NOVOS ESTADOS AFRICANOS E AS RELAÇÕES NEOCOLONIAIS FRANCESAS E BRITÂNICAS

Após os anos 1960, os países africanos encontravam-se, em sua grande maioria, emancipados politicamente através de processos relativamente pacíficos, excetuando os casos conflituosos da Argélia e do Congo e as independências tardias das colônias portuguesas e dos governos de minoria branca do Sul Africano. A África Ocidental achava-se quase que totalmente independente e suas divisões políticas podem ser melhor observadas na Figura 2 abaixo. A partir desse momento, o principal desafio para os novos países consistia em edificar aparatos estatais legítimos e soberanos e inserir-se na lógica do sistema internacional. Para tanto, como os novos Estados não tinham condições estruturais e desenvolvimento econômico suficiente para atingir a consolidação política, foi necessário consumir alianças com potências estrangeiras, em muitos casos configurando uma nova relação de dependência externa.

**Figura 2 – Mapa Político da África Ocidental**



Fonte: Map... ([2017]).

Chazan et. al. (1999) sintetiza pontualmente as etapas de construção governamental e da esfera pública na África Ocidental – e no continente como um todo - desde as independências até o final dos anos 1980. Em primeiro lugar, ocorre o processo de consolidação e centralização de poder político, a partir dos anos 1960. Nesta etapa, os governantes dedicaram-se em reduzir as competições sociais e inraelites, limitar o pluralismo político e o acesso ao governo, aumentar o aparato administrativo, securitário e militar, e personalizar a tomada de decisão. Contudo, apesar da forte centralização, o Estado pós-colonial tinha legitimidade e autoridade limitadas. Na segunda etapa, os líderes trataram de moldar os vários componentes do governo, como a administração pública, o aparato coercitivo e as instituições políticas. Essa fase foi marcada pelo aumento das desigualdades sociais, pela corrupção e má administração e pela transformação do exército e da polícia em potenciais forças políticas, resultando no aumento de intervenções e golpes militares. Por fim, a terceira e última etapa foi definida pela crise organizacional do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, resultante da fragilidade das relações entre o Estado e a sociedade, dos altos custos para manter o aparato administrativo, das desigualdades de distribuição, das divisões inraelites, das divergências interclasses e da falta de legitimidade estatal. Como consequência, ocorreram esforços para ajustar a estrutura da esfera pública nos anos 1980, a partir da redução quantitativa do aparato administrativo, do aumento da participação civil na política e da concomitante diminuição do papel do setor militar (CHAZAN et. al., 1999).

Silvério (2013), por sua vez, argumenta que os novos líderes estatais que emergiram no pós-independência, em sua maioria pertencentes às elites coloniais que sustentavam relações estreitas com as ex-metrópoles, trataram de consolidar a sua autoridade como governantes dos Estados soberanos africanos, uma vez confrontados com a problemática do desenvolvimento e da estruturação política pós-colonial. Faltava aos Estados a instauração de uma unidade entre os grupos heterogêneos que os compunham, bem como a ampliação da participação política e da distribuição de recursos entre as variadas camadas sociais. No entanto, para as elites no poder, era mais vantajoso trabalhar de forma a conservar as estruturas políticas coloniais - as quais não foram criadas para conceber Estados-nação unitários e fortalecidos -, de forma a proporcionar maior segurança e garantir a continuidade de seus governos. Desse modo, em linhas gerais, os dirigentes africanos das primeiras décadas pós-independência preferiram instaurar regimes unitários (fossem eles civis ou militares) e não demonstraram interesse suficiente em mobilizar as



sociedades em benefício do desenvolvimento nacional. Predominaram sistemas de clientelismo e de corrupção em proveito do enriquecimento dos dirigentes e de seus favorecidos domésticos e estrangeiros (SILVÉRIO, 2013).

Clapham (1996) denomina os novos países africanos como “Estados monopolistas”, uma vez que foram transformados em legítimas organizações após as independências. Os governantes, limitados a estruturas administrativas e economias fragilizadas e, em alguns casos, enfrentando intensas oposições domésticas, utilizaram da máquina estatal para debilitar ou cooptar qualquer organização rival atuante ou em potencial. Deste modo, a vasta maioria dos países africanos entre as décadas de 1960 e 1990 apresentaram governos de partido único - independentemente de ideologias - ou regimes militares, empregando altos níveis de coerção e controle governamental. Os Estados monopolistas da África Subsaariana também eram caracterizados pela alta dependência aos esquemas de patronagem pessoalizadas, pelo declínio da participação política social e por inúmeros conflitos entre os detentores do poder e seus governados, os quais eram intensificados pelas diferenças étnicas, religiosas, regionais e econômicas (CLAPHAM, 1996).

A Guerra Civil da Nigéria, ocorrida entre 1967-1970, consiste em um exemplo paradigmático de conflito político originado por divergências e fragmentações domésticas, vicissitudes que têm como origem as interferências coloniais das metrópoles europeias. Como visto na seção anterior, a Inglaterra constituiu a Nigéria através da unificação de três grandes sub-regiões com desenvolvimentos econômicos, etnias e culturas diferenciadas. A descoberta de jazidas petrolíferas no território sulino de Biafra, povoado por uma elite comerciante e cristã da etnia dos Igbos, exacerbou as aspirações dos líderes locais a alcançar a emancipação da região (VISENTINI, 2014a).

O movimento secessionista formado protestava pela distribuição desigual de poder, que concentrava-se nas mãos de líderes de etnias rivais na região de Lagos e na capital Abuja, por uma maior autonomia política e pela maior expressão política de identidades subnacionais, uma vez que o povo Igbos sentia-se negligenciado e discriminado pelo poder governamental. O conflito tomou a forma de Guerra Civil quando o governo federal – apoiado pela Inglaterra e pela comunidade internacional - reagiu com força militar, visto que o levante ameaçava diretamente a autoridade governamental e a base do sistema estatal africano. Apesar do socorro francês aos biafrenses, os rebeldes acabaram sendo derrotados em 1970. Nos anos que se seguiram, a Nigéria, de cunho nacionalista, tornou-se um grande exportador de petróleo no mercado mundial

e tentou realizar uma diplomacia mais ativa, buscando a hegemonia regional. Entretanto, os gastos imprudentes, a corrupção desenfreada, as vulnerabilidades e desigualdades econômicas, a insatisfação popular, a pobreza e as ameaças de desagregação interna suscitaram um problema crônico e dificultaram o desenvolvimento do país (VISENTINI, 2014a; CHAZAN et. al., 1999; OLIVEIRA, 2014).

O caso nigeriano apresenta-se, também, como uma manifestação das disputas intercapitalistas no continente africano, uma vez que França e Inglaterra encontravam-se em lados opostos das disputas políticas e militares domésticas da Nigéria. Ao apoiar o movimento biafrense, a França buscava, em um âmbito estratégico, conter o avanço regional nigeriano e a atuação britânica, com a intenção de assegurar suas ambições geopolíticas e hegemônicas na África Ocidental, região que historicamente esteve sob sua influência. A Inglaterra, por sua vez, veio em auxílio ao governo federal do país africano de forma a defender um regime aliado, com o qual mantinha relações sólidas, e para refrear a ampliação da ingerência francesa na região. As rivalidades capitalistas, assim, também acabaram amplificando as instabilidades nos países africanos, aumentando o escopo de conflitos de ordem doméstica ao apoiar militar e logisticamente grupos internos rivais.

Após os processos de independência, a maioria dos Estados africanos permaneceu ligado as suas antigas metrópoles coloniais, através de acordos políticos, econômicos e securitários, mesmo com o simultâneo esforço africano de construir instituições e capacidades continentais, regionais e sub-regionais<sup>7</sup> para lidar com os desafios do período pós-colonial. Dessa forma, através dessa continuidade dos laços políticos e culturais neocoloniais com as ex-metrópoles, os países em desenvolvimento foram atraídos para o quadro de rivalidades globais, e a África consistiu em um dos focos mais importantes deste processo (ISMAIL; SKÖNS, 2014).

A presença neocolonial francesa na África, a chamada “Françafrique”, quedava-se concentrada nas porções Ocidental e Central do continente e foi marcada por uma forte continuidade em suas políticas. O presidente De Gaulle, já nos anos 1960, firmou variados acordos de ordem política, econômica e militar para preservar o monopólio francês na região e

---

<sup>7</sup> Dentro dessas instituições, se destaca a formação da Organização da Unidade Africana (OUA), estabelecida em Maio de 1963, em Adis Abeba, com base nos princípios de independência política, de apoio a movimentos de libertação nacional e de não alinhamento. “No plano internacional, a OUA conseguiu provocar, em escala mundial, a condenação do colonialismo e do *apartheid*, obtendo por toda parte apoios de ordem moral e material, em favor dos movimentos de libertação. Ela convenceu as Nações Unidas acerca da legitimidade da luta pela libertação dos povos africanos” (SILVÉRIO, 2013, p.574).

para conservar relações próximas com as colônias recém-emancipadas. De Gaulle instituiu também a “Célula Africana”, organismo secreto encabeçado por assessores diretos da presidência, que ficou responsável pela configuração das políticas da França para a África e por manter laços pessoais de patronagem com os dirigentes africanos, fortalecidos durante as Cúpulas Franco-Africanas que ocorriam regularmente (SCHMIDT, 2013; BOULANIN, 2014).

No âmbito econômico-monetário, a África permaneceu como importante fonte de matérias primas, de recursos energéticos e de mercados para os produtos industrializados da França, e as empresas francesas tinham um ambiente protegido para investimentos nas produções de petróleo e gás natural na região francófona. Além disso, o estabelecimento de uma moeda comum - o Franco CFA – assegurou a estabilidade monetária nas trocas comerciais entre a França e a maioria de suas ex-colônias. As Convenções de Yaoundé (1963) e de Lomé (1975), assinadas entre a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e numerosos Estados francófonos, também solidificaram os laços neocoloniais, garantindo melhor acesso ao mercado europeu para as ex-colônias, em troca de concessões recíprocas às potências (SCHMIDT, 2013; CHAZAN et. al., 1999).

Já na esfera securitária, a dependência estava baseada em uma série de acordos de defesa e cooperação militar, os quais concediam as bases legais para o envolvimento militar permanente e para as intervenções francesas na maior parte de suas ex-colônias (a França realizou inúmeras intervenções em situações de crise e ameaça em países como o Mali e o Chade) (VISENTINI, 2014a). Nestes acordos estavam previstos termos de compras de armamentos e equipamentos franceses, a contratação de técnicos e assessores, o estabelecimento e manutenção de bases militares e tropas em solo africano e o treinamento de forças de segurança africanas, bem como o controle de redes de telecomunicação e rádios militares. Dessa maneira, a França constituiu o gendarme do Ocidente para a porção da África Francófona durante a Guerra Fria, influenciando a balança regional de poder – pois fazia contrapeso às aspirações da Nigéria – e evitando o envolvimento de outras potências estrangeiras na região, como os EUA, a Inglaterra e, mais tarde, a China (SCHMIDT, 2013; BOULANIN, 2014).

Em contraste com a França, o envolvimento da Inglaterra na África foi declinante a partir das independências, apesar de ter mantido forte influência na Nigéria - com a qual tinha diversos acordos de defesa - e no Sul do continente. No geral, a abordagem inglesa foi essencialmente comercial e econômica, mantendo relações individualizadas com base em vantagens materiais. A

potência buscou preservar seus interesses energéticos petrolíferos e suas relações com o mercado africano, no âmbito da *Commonwealth* britânica. Militarmente, exerceu uma política bastante reativa a conflitos e tensões em áreas chaves, como foi o caso de Biafra, na Nigéria (VISENTINI, 2014a; CHAZAN et. al., 2014; PERLO-FREEMAN, 2014).

Dessa forma, as independências africanas não alteraram as desigualdades fundamentais que marcavam suas relações com as potências externas, na forma de influência cultural, política, militar e econômica. O que ocorreu foi a mudança de uma relação de dominação e subjugação direta, calcada na autoridade territorial, para uma relação indireta, que tomou a forma de interações diplomáticas entre líderes de países ricos com líderes ricos de países empobrecidos (CLAPHAM, 1996). De acordo com Clapham (1996),

[...] os líderes africanos ao menos possuíam um poder de barganha substancialmente superior ao que tinham durante o colonialismo. [...] [O] problema era que quanto maior o nível de auxílio que a antiga potência colonial estava disposta a fornecer, maior a preocupação com seus próprios interesses que o acompanhariam (CLAPHAM, 1996, p.103-104 – tradução nossa).

### 2.3 A ÁFRICA NA LÓGICA DA GUERRA FRIA

Os Estados africanos, após o término da era colonial e do processo descolonizatório do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, foram inseridos em um sistema internacional fundamentado pela disputa bipolar entre os blocos de países rivais encabeçados pelos Estados Unidos (EUA) e pela União Soviética (URSS), as duas superpotências da Guerra Fria<sup>8</sup>. Ambos possuíam altos níveis de força política, militar e econômica, e procuravam exportar para o mundo seus respectivos modelos de desenvolvimento, ideologias e estruturas de produção e comércio (CLAPHAM, 1996). A Guerra Fria induziu, assim, uma nova onda intervencionista na África, através principalmente das chamadas “guerras por procuração”<sup>9</sup> – ocorridas em maior grau no Chifre e no Sul africano – e de intervenções militares com intuito de proteger regimes aliados ou

<sup>8</sup> Entende-se que a Guerra Fria, muito mais que um conflito ideológico entre duas superpotências opositoras, representou a rivalidade entre dois sistemas de desenvolvimento político, econômico, social e cultural contrastantes, um baseado no capitalismo e outro no socialismo.

<sup>9</sup> Guerra por procuração ou *proxy war* é definida como um “conflito internacional entre duas potências estrangeiras, lutado no território de um terceiro país, disfarçado de um conflito sobre uma questão interna do país e utilizando de parte da mão de obra, dos recursos e do território desse país como meio para atingir objetivos e estratégias preponderantemente estrangeiras” (GHAMARI, 2015, p.53, tradução nossa).

derrubar governos inimigos. Dessa forma, além do envolvimento das ex-metrópoles coloniais europeias, países como os EUA, a URSS e a China passaram a influenciar os jogos de poder e os conflitos do continente africano, os quais, apesar de centrados em questões locais e regionais, tiveram suas dinâmicas alteradas a partir do fornecimento de auxílio externo de ambos os lados da disputa geopolítica global (SCHMIDT, 2013).

Tanto os EUA quanto a URSS abordaram o continente à luz de sua mútua rivalidade, buscando sempre conter a influência um do outro, sem levar em consideração a realidade pela qual os países da África passavam, envolvendo-se, sobretudo, em Estados carregados por disputas e divisões internas. Do ponto de vista dos africanos, as competições domésticas entre grupos rivais e as ameaças externas impeliam os governantes a alinhar-se com potências externas de forma a proteger seus interesses, o que abria caminho para as intervenções extrarregionais (CHAZAN et. al., 1999).

Os Estados Unidos, assim como os outros países do bloco Ocidental, procuraram afastar a presença socialista e o radicalismo nacionalista da África, além de promover o capitalismo de livre iniciativa e de buscar acesso a recursos energéticos e ao mercado do continente africano (SILVÉRIO, 2013). Durante o período descolonizatório, os EUA foram grande proponente dos ideais anticoloniais e anti-imperialistas, já que as nações africanas, uma vez emancipadas, poderiam ampliar seu leque de parceiros econômicos e buscar relações com outras potências que não as europeias. Assim, o país norte-americano ofereceu proteção militar e securitária às nações em desenvolvimento que adotassem o modelo econômico liberal e abrissem suas portas às relações comerciais com a potência (SCHMIDT, 2013).

Porém, apesar de defender ideias democráticas e anticoloniais, de liberdade e autogoverno, exerceu uma política bastante contraditória, uma vez que chegou a apoiar líderes de governos repressivos, autoritários e conservadores sob a condição de que não fossem nacionalistas radicais ou comunistas, o que acabou por enfraquecer sua moral com alguns Estados africanos (pode-se citar como exemplo o apoio aos regimes racistas de minoria branca no Sul da África) (CHAZAN et. al., 1999;). Tal contradição fez com que o país mantivesse uma política mais discreta na África até meados dos anos 1970, quando o engajamento das superpotências no continente evoluiu consideravelmente, em resposta à onda revolucionária dos

anos 1970<sup>10</sup>, às guerras de independência da África portuguesa, à maior afinidade soviética com os países terceiro-mundistas e à derrota norte-americana no Vietnã (CLAPHAM, 1996; VISENTINI, 2014a).

Cabe ressaltar que, apesar da lógica da Guerra Fria opor o bloco capitalista ao socialista, algumas disputas intercapitalistas foram verificadas no tabuleiro africano neste íterim, em especial entre a França e a Inglaterra, como visto anteriormente, e entre a França e os EUA. A potência francesa estabeleceu sua supremacia neocolonial na África francófona e, nos anos que se seguiram às independências, resistiu às interferências norte-americanas em seus domínios, de forma a resguardar sua esfera de influência na região. A França não via com bons olhos o avanço das relações econômicas dos EUA com seus aliados, pois considerava a região francófona como seu “domínio privado” (*pré carré*, do francês). Para resguardar sua influência, acabou adotando uma política expansiva, interferindo em conflitos nas ex-colônias belgas do Congo, de Ruanda e de Burundi e enfraquecendo as posições inglesas e norte-americanas na guerra civil nigeriana e nos conflitos no Chade (SCHMIDT, 2013).

A característica mais marcante da política da União Soviética para a África consistiu na defesa do princípio anti-imperialista, a qual colocou em prática principalmente através de sua defesa aos movimentos de libertação nacional levados a cabo pelas colônias africanas. Seu intuito no continente consistia basicamente em estabelecer presença diplomática no maior número de Estados que conseguisse, por meio de auxílios militares e econômicos e estabelecendo relações pragmáticas com governos parceiros (não precisavam ser necessariamente governos de orientação comunista). Ademais, contava com a grande vantagem de não possuir territórios extrarregionais como as potências ocidentais, ou também de não ter como aliadas ex-metrópoles coloniais, fazendo com que os Estados africanos não a associassem com o neocolonialismo explorador europeu. No entanto, com menos recursos ao seu dispor, a URSS praticou uma política bastante reativa às orientações dos próprios países africanos e às ações do bloco Ocidental ou da China na África, aproximando-se de governos socialistas ou de regimes nacionalistas radicais que haviam rompido com o Oeste, como a Gana de Nkrumah, a Argélia de Ben Bella, a Guiné e o Mali (CHAZAN et. al., 1999; SCHMIDT, 2013).

---

<sup>10</sup> Nos anos 1970 foram verificados inúmeros movimentos revolucionários e guerras de libertação ao redor do globo, com parcial apoio do campo socialista, em países como Etiópia, Vietnã, Angola, Irã e Afeganistão (VISENTINI, 2014).

A URSS, além da rivalidade com o mundo Ocidental, também disputava aliados no Terceiro Mundo e fazia oposição à China em território africano, como consequência do rompimento sino-soviético<sup>11</sup> ocorrido em meados da década de 1960. De acordo com Silvério (2013), o interesse chinês na África baseava-se em três considerações:

Primeiramente, o combate da África pela sua independência representava uma importante etapa da luta revolucionária mundial do proletariado contra o capitalismo: a China tinha, portanto, um dever de solidariedade em respeito a esse combate. Em segundo lugar, o interesse nacional da China demandava-lhe estar presente na África, onde se enfrentavam os seus concorrentes, os Estados Unidos e a URSS, e onde ela poderia encontrar simpatias, ao menos no plano diplomático, as quais lhe ajudariam a atingir os seus objetivos em matéria de política externa. Enfim, a China considerava ter passado por uma experiência colonial análoga àquela da África: ela encontrava-se, por conseguinte, bem posicionada para compreender os problemas do colonialismo e para ajudar o continente a conduzir, com sucesso, o seu processo de descolonização (SILVÉRIO, 2013, p.584).

Assim, a partir da Conferência de Bandung (1955)<sup>12</sup>, o envolvimento chinês no continente africano torna-se cada vez maior. Contrária a todas as formas de imperialismo e neocolonialismo, a China apoiou as lutas de libertação nacional e pregou a cooperação econômica, cultural e militar, através do auxílio com fornecimento de técnicos, trabalhadores nas mais diversas áreas, doações, empréstimos a juros baixos para projetos de desenvolvimento, além de treinamento militar, armamentos e assessores de guerra (SCHMIDT, 2013). O mundo socialista como um todo - tanto o bloco soviético como a China -, ao apoiar econômica, técnica e militarmente parte significativa do continente africano, permitiu aos novos regimes evitar a exclusividade da relação com as antigas metrópoles coloniais, reduzindo a dependência destes perante os colonizadores (SILVÉRIO, 2013).

Paralelo à dinâmica da Guerra Fria, a solidariedade Afro-Asiática - alicerçada nas experiências coloniais compartilhadas entre os dois continentes, os quais foram subjugados por potências europeias comuns, na figura da França e da Inglaterra - lançou as bases para a emergência do Movimento dos Não Alinhados (MNA), processo que foi iniciado já na Conferência de Bandung. Apoiados nos princípios de soberania e autodeterminação, os novos

---

<sup>11</sup> O rompimento Sino-Soviético foi definido como um corte de relações políticas entre a China e a União Soviética nos anos 1960 devido a divergências ideológicas de interpretação da teoria Marxista-Leninista.

<sup>12</sup> A Conferência de Bandung reuniu inúmeros países africanos e asiáticos em 1955 na cidade da Indonésia. Conforme Schmidt (2013), estes países “expressaram sua oposição a todas as formas de racismo, colonialismo e imperialismo, prometendo apoio para movimentos emancipatórios em todo o mundo em desenvolvimento. [...] Nos anos que se seguiram, os participantes de Bandung formaram o núcleo do Movimento dos Não Alinhados (MNA)” (SCHMIDT, 2013, p.36, tradução nossa).

países em desenvolvimento dos continentes asiático, africano e latino-americano que não haviam se alinhado formalmente a nenhuma das superpotências do mundo bipolar, formaram tal coalizão diplomática com o intuito de se fortalecerem como nações independentes e de aumentar seus poderes de barganha no jogo político do sistema internacional. Além disso, constituindo os Estados do Terceiro Mundo, procuraram adotar medidas colaborativas para suprimir de uma vez por todas os resquícios colonialistas que ainda persistiam no Sul global, apoiando movimentos de libertação nacional em regiões como a África portuguesa e nos regimes de minoria branca no Sul do continente. Tal movimento tomou forma principalmente pelos esforços dos líderes da Índia, da Indonésia, do Egito e de Gana, nos anos 1960 (SILVÉRIO, 2013; CLAPHAM, 1996; NKRUMAH, 1966).

Em conclusão, o sistema bipolar predominante na segunda metade do século XX teve impacto significativo nos territórios da África. Os conflitos étnico-regionais domésticos, bastante comuns nos Estados africanos devido as suas formações tardias e marcadas por interferências externas, acabaram sendo exploradas pelas grandes potências, as quais procuravam salvaguardar seus interesses políticos, estratégicos, militares e econômicos no jogo mundial (SILVÉRIO, 2013). Tal processo levou à continuidade das relações de dependência entre as nações industrializadas e os Estados africanos, afetando, segundo Clapham (1996), “não só os Estados em si, mas também a estrutura estatal africana como um todo” (CLAPHAM, 1996, p.135, tradução nossa). Apesar disso, a competição bipolar, somada à formação do Movimento Terceiro-Mundista, acabou ampliando o poder de barganha dos Estados menos desenvolvidos em relação às potências, gerando novas oportunidades e opções de escolha nas negociações.

Cabe destacar que, apesar de processos e rivalidades externas impactarem profundamente o desenvolvimento africano e dos Estados da região ocidental do continente, deve-se observar que forças locais e nacionais seguidamente utilizam do contexto internacional para promover seus próprios propósitos e objetivos (HALLIDAY, 2005). Dessa forma, as condições de instabilidade e desequilíbrio domésticos dos países africanos, no geral, são perpetradas também pela manutenção interna das fragilidades históricas dos Estados, nas esferas política, social, econômica e militar. As fragmentações e os conflitos que tomariam forma a partir dos anos 1990 são, em grande parte, fruto dessas vulnerabilidades, e só não ocorreram no período de Guerra Fria devido ao cenário de equilíbrio de forças mundial entre as superpotências rivais (EUA e URSS). No entanto, com o a queda da URSS no final dos anos 1980, uma nova ordem global e



continental baseada na multipolaridade econômica tomaria forma, transformando profundamente as relações de poder no sistema internacional e a ordem política e securitária do continente africano.

### 3 A ÁFRICA E OS NOVOS DESAFIOS DO PÓS-GUERRA FRIA

O objetivo deste capítulo é analisar as mudanças e os desafios que o término da Guerra Fria, a desintegração da URSS e o consequente declínio da ordem bipolar mundial a partir do final dos anos 1980 trouxeram para o continente africano. Fatores como o advento da globalização, o aumento da competição econômica e o avanço do liberalismo político e econômico culminaram em uma reorganização das relações de poder do sistema internacional, que entrou em uma fase de transição pós-hegemônica. Os Estados Unidos quedou-se como a maior potência militar, estratégica e diplomática do mundo pós-Guerra Fria; porém, sua hegemonia passou a ser fortemente ameaçada por potências econômicas em ascensão, como a China. Tais movimentos de âmbito mundial produziram efeitos e desafios importantes para os Estados africanos, os quais perpassaram por transformações internas bastante significativas no período, consequência da marginalização política, estratégica e econômica que afligiu o continente após a queda da URSS e das novas demandas liberalizantes e democratizantes impostas por atores externos (VISENTINI, 2005).

Tendo isto em vista, o presente capítulo encontra-se subdividido em três partes: primeiramente, pretende-se analisar os principais processos que marcaram a emergência dessa nova ordem mundial pós-Guerra Fria e as consequências que as mudanças no sistema internacional acarretaram para a África. Em seguida, objetiva-se investigar as novas dinâmicas da presença de atores estrangeiros nos territórios africanos, destacando o crescimento da participação chinesa nas relações externas do continente. A última seção do capítulo aborda, por sua vez, o surgimento de novos atores não estatais dentro dos países africanos - com especial ênfase aos grupos terroristas e militantes islâmicos -, resultado de um amplo processo de transformação da organização política interna que assolou as nações africanas nos anos 1990.

#### 3.1 O SISTEMA INTERNACIONAL E A ÁFRICA NO PÓS-GUERRA FRIA

Os anos 1980 ficaram marcados como a “década perdida” para inúmeras nações periféricas, incluindo a grande maioria dos países africanos. A elevação dos preços das *commodities* (principais produtos exportados pelas nações menos desenvolvidas) e dos preços do petróleo no mercado internacional fizeram com que os países mais vulneráveis a choques externos entrassem em uma ampla crise econômica, que atingiu em cheio o continente africano,

principalmente a África Subsaariana. Além disso, a economia global como um todo perpassava por uma forte reestruturação, com o advento dos processos de globalização<sup>13</sup> e financeirização econômica e com a disseminação das ideias do liberalismo por organismos financeiros internacionais e pelas potências ocidentais desenvolvidas, acentuando ainda mais as desigualdades entre estas e os países não industrializados (VISENTINI, 2014b; SCHMIDT, 2013). Internamente, os Estados africanos eram afligidos por conflitos, desequilíbrios produtivos e sociais, pela corrupção das elites no poder e por um acelerado crescimento demográfico (VISENTINI, 2005).

Paralelamente a estes fenômenos, no âmbito político-diplomático, a ascensão de Mikhail Gorbachev como líder soviético em 1985 deu início a um processo de arrefecimento da rivalidade estratégica do país com os EUA no sistema mundial. Tanto a URSS quanto os EUA perceberam que os custos financeiros e diplomáticos para manter o engajamento na África eram muito elevados, sucedendo em uma redução da corrida armamentista e nuclear entre as duas superpotências (VISENTINI, 2014b). Além disso, Gorbachev passa a realizar uma política externa mais realista, diminuindo o auxílio econômico e militar aos aliados africanos (assim como os EUA), uma vez que tinha como prioridade a revitalização da sociedade soviética e da estrutura econômica doméstica, que se encontrava bastante debilitada devido à intensa competição com os norte-americanos. Também passou a enfatizar a negociação pacífica dos conflitos africanos ainda em andamento, principalmente no sul africano, ressaltando a necessidade de estabilização do continente (CHAZAN et. al., 1999).

Dessa forma, o advento do final da Guerra Fria e o declínio da competição bipolar, somados aos fatores explicitados nos parágrafos anteriores, impactaram de forma decisiva os países africanos a partir da década de 1990. A derrocada estratégica e econômica da URSS e a sua consecutiva desintegração em 1991 provocaram uma rápida diminuição do poder de barganha dos Estados africanos no jogo político mundial e determinaram o princípio de um processo de marginalização do continente em relação ao resto do mundo. Ou seja, as grandes potências mundiais, no geral, perderam muito do seu interesse em continuar auxiliando os regimes aliados africanos militarmente e economicamente, já que um dos grandes motivos para o forte

---

<sup>13</sup> “O fenômeno da globalização implica processos complexos e sobrepostos que estão diminuindo as distâncias do mundo através das [novas] tecnologias de informação e comunicação (TICs) e facilitando o livre fluxo de ideias, comércio, finanças, conhecimento, armas, drogas, doenças, bens e serviços. A característica dominante da atual fase da globalização tem sido a sua crescente e interligada associação com o capitalismo como um modo de desenvolvimento” (HARSHE, 2010, p.349, tradução nossa).

engajamento não mais existia. Os países africanos, por sua vez, incapazes de reagir às pressões diplomáticas, políticas e principalmente econômicas impostas pela nova ordem global emergente no final dos anos 1980, tiveram de recorrer à ajuda de organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) (CHAZAN et. al., 1999; SILVÉRIO, 2013).

Essas instituições, aliadas aos Estados ocidentais, formularam um estratégia racional baseada em pressupostos neoliberais para redinamizar as economias colapsadas da África (CLAPHAM, 1996). Tendo isso em vista, promoveram os chamados Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) aos Estados africanos, que consistiam em um conjunto de medidas impositivas e austeras, como: a desvalorização da moeda; a redução de tarifas e de gastos estatais para setores da saúde, alimentação e educação; a privatização de empresas; e a redução do número de funcionários públicos e cortes salariais; além, claro, de empréstimos financeiros. No entanto, tais medidas não levaram em conta os aspectos estruturais da formação econômica africana, e o auxílio econômico concedido pelo FMI estava atrelado a inúmeras exigências e condições políticas. Os Estados africanos deveriam adaptar-se às transformações da economia global em curso e adotar o liberalismo como modelo político-econômico, além de realizar eleições multipartidárias e promover reformas democratizantes (VISENTINI, 2005; SILVÉRIO, 2013).

As pressões externas por reformas e a imposição de programas de reestruturação por organismos estrangeiros acabaram por provocar grandes instabilidades políticas e sociais dentro dos países africanos. Os programas de austeridade adotados resultaram em maiores desestruturas socioeconômicas, no aumento do desemprego, na queda das condições de vida das classes mais empobrecidas e tiveram efeitos catastróficos nos setores de saúde e educação básica. Greves, manifestações estudantis e revoltas começaram a tomar forma em defesa dos direitos humanos, da instauração da democracia e do multipartidarismo e em combate aos efeitos devastadores dos ajustes sociais (SCHMIDT, 2013; SILVÉRIO, 2013; ELLIS, 1996). O aumento da fome e da miséria, a urbanização caótica e as pressões democráticas fizeram com que muitos governos autoritários, já fragilizados e sem o apoio externo dos EUA ou da URSS, perdessem completamente a capacidade de articulação política e a legitimidade. Tal situação acabou abrindo caminho para golpes de Estado, guerras civis e para o colapso de inúmeros países do continente, principalmente na África Ocidental, no Centro e no Chifre da África (VISENTINI, 2005). As disparidades étnicas, culturais, regionais e religiosas presentes na maioria dos Estados

intensificaram ainda mais as tensões entre grupos de poder divergentes. Em muitos casos, o vácuo de poder foi tomado por senhores de guerra e líderes étnico-religiosos que, mobilizando camadas desfavorecidas e alienadas da população, lançaram mão de discursos baseados na raça, na etnia ou na religião para se estabelecer no governo e empreender políticas de exclusão, intensificando processos de violência intergrupos (SCHMIDT, 2013; HARSHE, 2010).

O cenário africano do pós-Guerra Fria foi marcado, dessa forma, pelo surgimento de novos tipos de confrontos armados e tensões - em decorrência das mudanças do sistema político-econômico mundial e das reações domésticas a essas transformações -, e pela eclosão de novos grupos não estatais que desafiavam a ordem política dos Estados. Intensas guerras civis espalharam-se pela região do Golfo da Guiné, atingindo países como a Libéria, o Senegal e a Serra Leoa. Alguns Estados da região do Sahel (Mali, Níger, Mauritânia e Argélia) envolveram-se em conflagrações com os nômades tuaregues do deserto do Saara. A Somália, no Chifre africano, foi tomada por um grande conflito entre facções rivais e, após intervenção militar da Organização das Nações Unidas (ONU) encabeçada pelos EUA em 1992, ficou-se largamente fragmentada entre clãs armados de etnias rivais. As guerras civis em Ruanda e Burundi, pequenos Estados da região dos Lagos africanos, por sua vez, evoluíram para verdadeiras guerras étnicas genocidas<sup>14</sup> (VISENTINI, 2005).

O caso da Nigéria foi marcado por uma verdadeira paralisação do sistema político devido a dificuldades no processo de transição democrática. “[A] Nigéria viveu, ao longo dos anos 1990, uma turbulência política interna permanente com a oscilação entre avanços eleitorais da oposição e novos golpes militares” (VISENTINI, 2014b, p.150). A intensa troca de governos, golpes e a instabilidade política, além das diferenças étnicas e religiosas, provocaram a eclosão de novos movimentos armados internos na forma de grupos rebeldes e milícias islâmicas, descontentes com a distribuição das riquezas petrolíferas e com a marginalização político-social. A desestabilização governamental e o ambiente caótico que se revelou nos anos 1990 fizeram com que a Nigéria perdesse muito de sua capacidade de projeção como líder regional no início da década, objetivo que era refreado também pela continuidade da ampla interferência francesa na África Ocidental (CHAZAN et. al., 1999). O fim do regime autoritário em meados do século, no

---

<sup>14</sup> O massacre de hutus em Ruanda, em 1994, deixou entre 500 e 800 mil mortos e produziu cerca de 4 milhões de refugiados. Conforme Visentini, “este conflito foi mostrado na mídia como uma decorrência do “tribalismo tradicional”, mas, na realidade, resultou da deformação e da reapropriação moderna de determinadas fraturas sociais da região” (VISENTINI, 2005, p.62).

entanto, proporcionou maiores oportunidades de protagonismo regional, tendo em vista a participação do país em variadas missões de paz da ONU; porém, as disparidades étnicas, religiosas e regionais e a desigualdade social continuaram afetando intensamente a ordem política nigeriana (VISENTINI, 2014b).

As pressões para a realização de eleições multipartidárias e democráticas abriu caminho também para o avanço de regimes islâmicos em países como o Sudão e a Argélia. Neste último, assistiu-se uma crescente influência do partido Frente Islâmica de Salvação (FIS), que acabou ganhando as eleições argelinas de 1992. No entanto, o processo eleitoral foi suspenso por pressões internas e extracontinentais, e os militares apoiados pela França tomaram o poder. Essa situação culminou em uma guerra civil permanente e de baixa intensidade no país, marcada por atentados e massacres esporádicos levados a cabo por ambos os lados do conflito. Conforme Visentini (2014b), indícios existiam de que os EUA estavam em permanente contato com as forças islâmicas opositoras para fazer frente à França. Ou seja, a Argélia nos anos 1990 tornou-se outro palco das disputas intercapitalistas na África, devido aos interesses estratégicos e petrolíferos das potências ocidentais (VISENTINI, 2014b). A marginalização do partido islâmico argelino foi mais um fator que proporcionou a evolução do movimento fundamentalista islâmico no continente africano, com a formação de inúmeros grupos militantes não estatais extremistas em Estados como a Argélia, o Mali, a Nigéria e o Sudão.

Contudo, apesar do sistema político africano dos anos 1990 ter sido profundamente determinado pela marginalização do continente no âmbito mundial e por conflitos domésticos e tensões político-sociais, que fomentaram uma percepção “afropessimista” generalizada, os Estados africanos passaram a tomar consciência da importância dos esforços locais, regionais e continentais para a resolução de seus conflitos internos. Dessa forma, como argumenta Chazan et. al. (1999), os governos africanos buscaram cada vez mais moldar eles mesmos o decurso dos eventos, seja por intervenções diretas ou por coalizões diplomáticas, utilizando a estrutura da Organização da Unidade Africana (substituída pela União Africana - UA - em 2002) como instrumento de cooperação e articulação em escala continental (CHAZAN et. al., 1999). Além disso, as dificuldades impostas pelo ambiente externo e o advento da globalização refletiram no crescimento da relevância dos organismos regionais e sub-regionais para a manutenção da paz e da segurança africanas, através da adoção de uma agenda cooperativa que passou a incluir também questões securitárias – como exemplo, pode-se citar o papel da Comunidade Econômica

dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, do inglês) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, do inglês)<sup>15</sup> em fomentar maior cooperação nos âmbitos militar, econômico e diplomático entre seus Estados membros (HARSHE, 2010; CARDOSO, 2016).

Assim, a nova ordem global, marcada pela queda da rivalidade bipolar, pelo advento da globalização, pelo desenvolvimento de tendências liberalizantes e democratizantes e pela presença de novos atores estatais e não estatais, internamente e externamente ao continente africano, acarretaram em inéditos desafios para os países ali presentes. Tais desafios tomaram a forma de violentas guerras civis, conflitos micronacionalistas étnicos e religiosos, tensões regionais e desequilíbrios políticos e econômicos, com os quais os Estados africanos tiveram de lidar durante o período pós-Guerra Fria.

### 3.2 A NOVA DIMENSÃO DA INTERFERÊNCIA ESTRANGEIRA E A CRESCENTE PRESENÇA CHINESA

As políticas e atividades de defesa e segurança africanas permaneceram amplamente influenciadas pela presença de atores extrarregionais, sejam eles Estados, organismos internacionais, instituições não-governamentais e empresas privadas. Na seção anterior, observou-se que, após o declínio da Guerra Fria, o valor estratégico e econômico do continente africano diminuiu consideravelmente em relação ao resto do globo, o que acarretou na limitação do auxílio externo e na redução dos gastos militares e na ajuda econômica que fluía das potências aos seus aliados africanos. Também foi constatado que a nova ordem mundial e africana ascendente, marcada por crises políticas, por pressões internacionais e domésticas por democratização e pela formação de grupos armados não estatais, produziu uma série de conflitos e guerras civis na África – de acordo com Ismail & Sköns (2014), durante os anos 1990, entre 25 e 43% dos conflitos mundiais localizavam-se no continente (ISMAIL; SKÖNS, 2014).

Entretanto, a diminuição do valor estratégico da África consistiu em um fenômeno de curta duração. A partir de meados da década de 1990, verificou-se uma nova etapa de ampliação da posição econômica e estratégica africana na ordem internacional, em decorrência de inúmeros processos simultâneos, como o aumento da competição global por recursos naturais, energéticos e por mercados; o avanço de preocupações com questões de segurança, que se tornaram o foco das relações internacionais africanas; e as profundas mudanças nas políticas globais para conter a

---

<sup>15</sup> Economic Community of West African States (ECOWAS); Southern African Development Community (SADC).

ameaça do terrorismo, a partir dos anos 2000. Assim, atores externos e organismos multilaterais - como os EUA, a França e a ONU -, começaram a criar e revisar mecanismos institucionais e políticas securitárias para a África, simultaneamente ao desenvolvimento de estruturas e capacidades continentais, regionais e sub-regionais construídas pelos próprios Estados africanos para endereçar seus problemas de segurança. Em adição ao renovado interesse de antigas potências, novos atores estatais estabeleceram fortes relações com os países africanos no período, como a China, a Índia, o Brasil e os países árabes, por exemplo. Também, como resultado da eclosão de conflitos e instabilidades, a própria ONU aumentou consideravelmente o envio de tropas e missões de paz à África, principalmente a partir de 1999, as quais geralmente contavam com a participação de países africanos como a Nigéria, Gana, Senegal e Costa do Marfim (ISMAIL; SKÖNS, 2014; SCHMIDT, 2013). Porém, mesmo as intervenções da ONU possuíam dimensões de intervenção externa, uma vez que eram geralmente encabeçadas por potências ocidentais desenvolvidas (VISENTINI, 2016). Nos parágrafos seguintes, serão examinadas as ações e estratégias dos principais atores extrarregionais que mantiveram ou estabeleceram presença no continente africano no período posterior ao término da Guerra Fria.

A partir de meados da década de 1990, as políticas francesas para a África começaram a passar por um gradual processo de mudança, uma vez que as relações interpessoais estabelecidas com regimes autoritários e corruptos desde os tempos coloniais começaram a gerar críticas dentro e fora do país<sup>16</sup>. Também, os custos para manter o nível do auxílio econômico e militar estavam muito maiores do que a França estava disposta a dispender, e a credibilidade internacional de sua influência no continente tomou um grande golpe após a intervenção em Ruanda, em 1994, quando, ao tentar estabelecer uma zona de segurança para refugiados, acabou na prática permitindo a fuga dos responsáveis pelo genocídio para o Zaire. Tendo isso em vista, o governo francês adotou novas práticas e medidas com o intuito de minimizar os custos econômicos e diplomáticos de sua presença na África (BOULANIN, 2014).

No âmbito econômico-monetário, a França decidiu realizar uma grande desvalorização do Franco CFA em 1994, com o objetivo de reduzir os gastos cambiais do comércio com os países francófonos (apesar do objetivo oficial ter sido de aumentar a competitividade desses países no

---

<sup>16</sup> Movimentos populares pró-democráticos ocorreram em inúmeros países da África francófona (líderes sindicais, funcionários civis, líderes religiosos, estudantes e outras forças democráticas pressionaram para que governos não eleitos fizessem conferências nacionais em vários países francófonos – Mali, Níger, Chade -, de forma a escrever novas constituições que assegurassem democracias multipartidárias e transparência por parte dos líderes) (SCHMIDT, 2013).



mercado global)<sup>17</sup>. Na esfera política, acompanhando a onda democrática que se estabelecera, Paris passou a atrelar seu auxílio a condições de reformas democratizantes e à prática de direitos humanos. Contatos interpessoais e cooperação com regimes não democráticos e corruptos não serviam mais aos interesses do governo e das grandes companhias francesas. As relações com os Estados africanos seriam, assim, administrados via canais diplomáticos regulares (BOULANIN, 2014; SCHMIDT, 2013).

A década de 1990 também marcou uma considerável diminuição da presença militar direta francesa no continente africano, através da redução do número de tropas e de bases militares - no final dos anos 1980, a França contava com aproximadamente 15.000 tropas em território africano; esse número decaiu para cerca de 8.500 em 1997 e 5.000 em 2009. A partir de então, a potência europeia passou a utilizar cada vez mais do multilateralismo como instrumento para suas intervenções, através de missões conjuntas no âmbito da OUA, da ONU ou da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), na tentativa de angariar maior suporte da comunidade internacional, ao mesmo tempo que defendia uma maior participação africana em questões de segurança no continente (BOULANIN, 2014). Ou seja, a estratégia de manter presença permanente em solo africano foi sendo convertida do bilateralismo para intervenções conjuntas, em sua maioria de curta duração (SCHMIDT, 2013).

No entanto, como argumenta Boulanin (2014),

[...] as tendências à multilateralização e à africanização [das intervenções] não significou necessariamente que a França desejava diminuir sua influência na África. Pelo contrário, o propósito dessas mudanças políticas era de aprimorar as condições de manutenção de sua influência militar através da redução de custos políticos e econômicos (BOULANIN, 2014, p.44 – tradução nossa).

Dessa forma, mesmo com as transformações de aspectos particulares de seu envolvimento africano, a França não renunciou ao seu papel no continente e buscou sempre garantir seu protagonismo econômico-diplomático, fazendo frente e tentando recuperar o espaço perdido pela atuação dos Estados Unidos e de novos atores estatais, como a China (VISENTINI, 2014b).

Após o final da Guerra Fria, o interesse estratégico norte-americano na África, especialmente na África Subsaariana, declinou demasiadamente, como antes visto, apesar da

---

<sup>17</sup> Os aliados franceses no continente interpretaram a desvalorização como uma traição francesa, visto que a medida afetou fortemente seus poderes de compra, em especial daqueles que dependiam sobretudo de exportações de produtos agrícolas (BOULANIN, 2014).

grande responsabilidade do país pela devastação enfrentada pelos Estados africanos (SCHMIDT, 2013). Um notável desengajamento político-militar foi exercido e o discurso voltou-se para o apoio à consolidação democrática e à boa governança durante os anos 1990 (a presença econômica e os interesses energéticos, contudo, se mantiveram). Além disso, os EUA tomaram uma forte posição de política externa contra os líderes africanos autoritários, defendendo o fim da opressão política no continente (DOD, 1995). A partir de 1993, o envolvimento do país em operações de paz na África Subsaariana praticamente cessou, com exceção de sua participação na Missão de Paz da ONU na Libéria, a UNMIL (*United Nations Mission in Liberia*, do inglês). No entanto, ao final da década, houve um grande redirecionamento das políticas e estratégias de segurança norte-americanas para a África, em resposta a fatores como: a progressiva presença chinesa e europeia no continente; os bombardeios nas embaixadas do país no Quênia e na Tanzânia, em 1998; e, especialmente, os ataques terroristas do 11/09/2001, ao Pentágono e às torres do *World Trade Center*, evento que resultou no lançamento da agenda norte-americana de combate global ao terrorismo, analisada com maior profundidade no capítulo 4 deste trabalho (SKÖNS, 2014).

Por sua vez, uma importante mudança no panorama do continente nos anos 1990 foi a crescente presença de novos atores estatais emergentes nas relações externas dos países africanos, especialmente da China. Apesar das relações chinesas com a África terem iniciado já no período pós-Segunda Guerra Mundial, estas se tornaram cada vez mais profundas e multidimensionais com o advento da globalização e do término da Guerra Fria, tomando a forma de uma verdadeira “parceria estratégica” e expandindo os contatos com os Estados africanos e suas agências multilaterais para além do âmbito socioeconômico, abarcando também as esferas política, securitária, diplomática e cultural. (HUANG; ISMAIL, 2014). Assim, com o passar do tempo, a China passou a encarar o continente africano como uma possível aliança política que colaboraria para aumentar sua força e projeção internacional em um ambiente cada vez mais multipolar e competitivo (VISENTINI, 2014b).

Brautigam (2009), ao comparar o auxílio chinês àqueles oferecidos pelas potências ocidentais, constata que a cooperação chinesa possui aspectos notadamente mais constantes e incondicionais. Nas palavras da autora,

Enquanto o Ocidente modifica regularmente suas recomendações, programas e abordagens de desenvolvimento para a África [...], a China procura não afirmar o que a

África deve fazer para se desenvolver, [argumentando] que é errado impor condicionantes políticos e econômicos em troca de auxílio, e que os Estados deveriam ser livres para encontrar seus próprios caminhos para sair da pobreza (BRAUTIGAM, 2009, p.308 – tradução nossa).

Assim, a parceria estratégica chinesa difere-se por apresentar princípios de coexistência pacífica, benefício mútuo e não interferência política, o que aumentou a credibilidade da China dentre os países africanos, os quais acabaram confiando na parceria Sul-Sul com uma nação que também encontrava-se em fase de desenvolvimento (HUANG; ISMAIL, 2014; BRAUTIGAM, 2009). Os africanos passaram a ser, então, mais seletivos com a ajuda Ocidental e a exercer uma diplomacia mais ativa, uma vez que haviam recuperado parte do poder de barganha perdido após a queda da bipolaridade mundial (VISENTINI, 2014b).

O engajamento securitário e sociopolítico recente da China no continente africano deve ser compreendido à luz do contexto geral das relações China-África e dos interesses econômicos chineses de suprimento de matérias-primas, oportunidades de comércio, ampliação de mercados e da possibilidade de crescimento econômico sem vínculos com a liberalização política ocidental. Em termos práticos, a parceria estratégica sino-africana foi oficializada e institucionalizada através, principalmente, da criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000. Reunindo-se em assembleias trianuais, o FOCAC é o mecanismo estratégico mais importante do relacionamento entre o país oriental e o continente africano, responsável por: incentivar o crescimento comercial das partes, os investimentos em infraestrutura e os projetos de prospecção de petróleo e mineração; regular a cooperação técnico-científica e o auxílio econômico; reafirmar a participação chinesa em operações de paz na África, com suporte logístico, financeiro e material; e fornecer uma estrutura colaborativa para questões diplomáticas e para os novos desafios securitários do século XXI, como o terrorismo (VISENTINI, 2014b; HUANG; ISMAIL, 2014).

A emergência da cooperação China-África se fez decisiva para a restituição da importância estratégica africana no sistema internacional, sobretudo a partir da virada do século. Devido a fatores como o suprimento mineral e energético e a redução da pobreza, somados às novas questões de segurança que assolam o continente, como a emergência de atores não estatais e grupos extremistas, tomou forma um novo processo de competição por influência no continente africano. Além dos atores estatais supracitados, a Inglaterra, a Rússia, o Japão e outros países com crescente importância global como a Índia e o Brasil também se fazem presentes na África,

seja através de programas e ações que visam ao desenvolvimento econômico ou através do envolvimento em operações de defesa e missões de paz da ONU ou de outros organismos multilaterais (CHENG; SHI, 2009).

Assim, algumas tendências podem ser identificadas em relação às estratégias e políticas exercidas por atores externos quando se trata da temática de paz e segurança da África, especialmente da África Subsaariana, a partir da virada do século, quais sejam: a redução do engajamento unilateral francês e o movimento na direção oposta dos EUA, após a implantação de sua rede de combate ao terrorismo; o apoio à “africanização” da segurança dos Estados africanos, através de maior participação destes e de organismos regionais e sub-regionais do continente em operações de paz; e o aumento da utilização de abordagens multilaterais, através de missões de paz consumadas por organismos como a ONU e a União Africana (os Estados e seus apoiadores não mais monopolizavam os meios coercitivos e as novas guerras na África contavam com uma multiplicidade de atores, tanto estatais como não estatais, em decorrência do mundo cada vez mais globalizado) (ISMAIL; SKÖNS, 2014; SCHMIDT, 2013).

### 3.3 A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES NÃO ESTATAIS NA ÁFRICA E AS ORIGENS DO TERRORISMO CONTEMPORÂNEO

Um dos principais desafios enfrentados pelos Estados africanos após o advento das transformações ocorridas com o término da Guerra Fria consiste na crescente atividade de atores militares não estatais, que ocasionaram uma série de crises e tensões em inúmeros países do continente. Apesar de já existirem grupos armados não estatais na região desde os períodos pré-colonial, colonial e pós-independência, o ambiente internacional e doméstico dos anos 1990 propiciou as condições necessárias para sua difusão e internacionalização. Militantes islâmicos, grupos terroristas e milícias rebeldes tornaram-se atores chave no que tange as questões de paz e segurança da África, desencadeando conflitos com características políticas, étnicas, religiosas e regionais e utilizando de recursos violentos para ameaçar a soberania e a legitimidade dos governos no poder em países como a Argélia, o Mali e a Nigéria (OKUMU; IKELEGBE, 2010).

As origens desses atores estão intimamente relacionadas, então, às novas disputas por poder que se formaram no período pós-Guerra Fria, marcadas pelos efeitos da globalização e da imposição dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) por forças externas -, que vieram a enfraquecer muitos países africanos e forneceram o contexto histórico para a emergência desses

novos desafios (KUBAI, 2010). Assim sendo, tais disputas estão ligadas tanto a fatores externos, como as competições por posições estratégicas e participação econômica no continente africano entre potências extrarregionais, quanto a condições internas dos Estados, de desigualdade sociopolítica, tensões entre subgrupos, falta de legitimidade, corrupção e dificuldades dos governantes de exercer devido controle sobre os territórios nacionais. A formação e o avanço de grupos terroristas e extremistas inserem-se, portanto, nessa nova lógica político-social que tomou forma no continente africano na década de 1990.

Primordialmente, faz-se necessário definir o conceito de atores militares não estatais, bem como diferenciar os variados grupos que se inserem nele, os quais geralmente possuem objetivos, formas de atuação e ideologias distintas. De acordo com a definição de Schneckener (2006), “atores não estatais:

- a) estão dispostos e são capazes de utilizar da violência para perseguir seus objetivos e
- b) não estão integrados a instituições formais como exércitos regulares, guardas presidenciais, polícia ou forças especiais” (SCHNECKENER, 2006, p.25 – tradução nossa).

São subgrupos, em sua maioria, marginalizados socialmente e economicamente, que compartilham de identidades étnicas, culturais, religiosas e regionais e que perseguem objetivos políticos, utilizando ideologias para levantar apoio a sua causa (OKUMU; IKELEGBE, 2010). Schneckener também realiza uma classificação tipológica desses grupos, organizada na Figura 3 abaixo. É digno de nota que esta tipificação foi realizada com base em “tipos ideais”, e que os grupos podem modificar suas formas de atuação, objetivos e táticas e sofrer transformações ao longo do tempo. Além disso, também podem existir formas híbridas, que combinam aspectos de diferentes grupos não estatais, fazendo com que as linhas divisórias que os separam sejam obscuras e, por vezes, indefinidas (SCHNECKENER, 2006).

Figura 3 – Atores Armados Não Estatais

GRUPO ARMADO NÃO ESTATAL	OBJETIVOS	CARACTERÍSTICAS
<b>Rebeldes ou Grupos Insurgentes</b>	Buscam alterar o <i>status quo</i> através da libertação de um grupo social/étnico ou de uma nação; nesse sentido, perseguem uma agenda política, social-revolucionária ou étnico-nacionalista.	Apesar de dependerem amplamente das populações locais para apoio logístico e moral, necessitam de suporte de governos externos ou de outros atores não estatais para conseguir refúgios, armamentos e <i>know-how</i> .
<b>Grupos de Milícias</b>	São geralmente empregados por governos e autoridades estatais com o intuito de manter o <i>status quo</i> , reprimir grupos rebeldes ou matar líderes opositores.	Unidades de combate irregulares que agem em nome de determinado regime, apesar de manter relativa autonomia, sendo treinadas, equipadas e financiadas por autoridades do governo.
<b>Chefes Tribais</b>	Procuram manter o controle territorial sobre sua área de influência, que pode variar de aldeias periféricas e assentamentos até grandes regiões, por vezes atravessando unidades administrativas de um Estado.	Autoridades locais tradicionais que comandam comunidades tribais, étnicas ou religiosas; em sua maioria, também controlam uma força armada formada por membros de sua tribo ou clã.
<b>Senhores de Guerra</b>	Monarcas ou governantes que buscam manter determinado território conquistado durante ou após um conflito violento.	Asseguram-se no poder através de exércitos privados e com a exploração de recursos e/ou da população local, beneficiando-se da economia do pós-guerra.
<b>Criminosos</b>	Grupos criminosos buscam garantir seus interesses econômicos (de tráfico, roubos e extorsões, por exemplo) e corromper agentes políticos para manter suas atividades ilícitas em funcionamento.	Geralmente grupos de gangues, máfias, sindicatos e contrabandistas, cujas atividades principais consistem em assassinatos por contrato, roubos, extorsões e tráfico (de drogas, armas e pessoas, por exemplo).
<b>Terroristas</b>	Buscam espalhar pânico e medo nas sociedades de forma a conquistar objetivos políticos, com base em ideologias social-revolucionárias, nacionalistas ou religiosas; utilizam de ataques terroristas como forma de chamar atenção do público e da mídia para suas demandas e objetivos.	Organizados de forma clandestina e hierárquica, tanto em pequenos grupos quanto em redes transnacionais maiores, como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico; empregam táticas como sequestros, sabotagens, assassinatos, ataques suicidas, bombas e explosivos improvisados.

Fonte: Elaboração própria, com base em Schneckener (2006).

Inúmeros fatores foram determinantes para motivar a formação de atores não estatais na África, de maneira geral, bem como para sustentá-los. Primeiramente, temos a crise da administração e distribuição das riquezas estatais, ou seja, a luta de quem controla e beneficia-se das riquezas provenientes da exploração e comércio de recursos naturais. O Estado, grupos étnicos, religiosos, comunidades regionais, elites políticas, facções, países vizinhos e Estados ou empresas extracontinentais, todos desejam ter influência e acesso às vastas riquezas econômicas africanas; não é por nada que a presença de atores não estatais armados e conflitos são

comumente verificados em Estados ricos em recursos minerais e energéticos, como a Nigéria, a Argélia, o Mali, o Chade e o Sudão, por exemplo (OKUMU; IKELEGBE, 2010). Aspectos ideológicos e identitários também desempenham um papel importante na formação e, principalmente, na coesão desses grupos. Uma vez que seus membros estão interligados por uma ideologia ou causa comum, a organização torna-se muito menos propensa a sofrer divisões ou se desfazer quando da morte ou prisão de algum líder (ENGELS, 2010). Conforme constata Engels (2010),

a maioria das milícias e grupos rebeldes são baseados na identidade, de uma forma ou de outra, sendo etnia e religião as características identitárias [compartilhadas] mais comuns [...]. Alguns grupos são basicamente constituídos devido as suas identidades e finalidades religiosas comuns (como os grupos militantes religiosos) (ENGELS, 2010, p.73 – tradução nossa).

Finalmente, pode-se argumentar que no cerne de tudo está a crise de governança e da legitimidade estatal que assolou vários países africanos desde o período pós-colonial, motivada pela herança de exploração e intervenção de países extrarregionais, além do histórico de resistência violenta e da predisposição à resistência armada africana, que também foi influência da ingerência externa no continente. Tal processo gerou crescentes desigualdades sociais e políticas, descontentamento e alienação das sociedades, propiciou declínio econômico, políticas militarizadas e violentas, vácuos de poder e aprofundou divisões identitárias. Tudo isso abriu caminho para que grupos militantes mobilizassem camadas marginalizadas e vulneráveis da população contra os governos no poder (OKUMU; IKELEGBE, 2010).

Além do próprio fenômeno da geração de atores armados não estatais na África, outro processo emergente no período pós-Guerra Fria consistiu na regionalização e na transnacionalização das atividades desses grupos – em especial de grupos terroristas -, grande parte como resultado das mudanças nas dinâmicas mundiais de poder e do advento da globalização, que aproximou cada vez mais os diferentes atores que constituem o sistema internacional (SCHNECKENER, 2006). O processo de disseminação e de transmissão da agenda política desses novos organismos e de suas propagandas ideológicas foi, então, facilitado por um mundo cada vez mais conectado pelos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação (CRONIN, 2003). Ademais, a insegurança concebida pelos grupos não estatais presentes no continente africano tornou cada vez mais complexas as dinâmicas regionais e globais de

resolução de conflitos, uma vez que o alcance geográfico desses atores foi ampliado consideravelmente. Os EUA e seus aliados ocidentais, utilizando a ameaça terrorista como justificativa para exercer influência em regiões consideradas estratégicas, inauguraram, então, uma nova agenda securitária a nível mundial para lidar com essa problemática (especialmente através da agenda norte-americana de “Guerra ao Terror” instaurada no início do século XXI).

Em se tratando especificamente do terrorismo e da formação de grupos considerados terroristas, verifica-se que não existe uma definição conceitual ou amplamente aceita do termo “terrorismo”, bem como não há consenso acadêmico no que se refere aos critérios para a classificação de um grupo como “terrorista”. Usualmente, contudo, para efeitos de análise, são considerados seu caráter não estatal e a sua meta de evocar medo e terror na população civil através de atos violentos, visando objetivos de cunho político, com base em ideologias religiosas, nacionalistas ou social-revolucionárias (SOUZA; MORAES, 2014). Cronin (2003) define o terrorismo contemporâneo resumidamente como “a ameaça ou uso de violência aparentemente aleatória contra inocentes para atingir fins políticos por um ator não estatal” e salienta o dinamismo do conceito, uma vez que este está intimamente ligado ao contexto político e histórico no qual está inserido (CRONIN, 2003, p.33).

As origens de grupos terroristas estão bastante relacionadas às motivações para a composição de atores armados não estatais no geral, apesar de apresentarem certas peculiaridades. Crenshaw (1981) indica alguns fatores mais amplos que constituem causas diretas de movimentos terroristas. Em primeiro lugar, cita a sensação de injustiça e insatisfação socioeconômica dentro de uma certa minoria étnica, religiosa e/ou regional, a qual se sente discriminada e marginalizada socialmente e se mobiliza para modificar o *status quo*. Apesar de não ser causa suficiente, um grupo terrorista pode tomar forma através de uma facção extremista no interior desse movimento social mais amplo. Em seguida, aponta a falta de oportunidade e de participação política como um aspecto que pode motivar o terrorismo, ressaltando que tal condição pode não fazer parte de um movimento social abrangente. Por fim, a autora salienta o movimento retaliatório terrorista perante ações governamentais de uso excessivo e inesperado da força, em resposta a tentativa de reformas e protestos. A tomada de ação do governo teria, então, um aspecto de catalisador do terrorismo (CRENSHAW, 1981).

A partir dos atentados de 11 de Setembro, entrou em etapa de maturação, dessa forma, uma nova fase da ameaça terrorista global, de inspiração predominantemente religiosa, concebida



a partir de eventos como a Revolução Iraniana de 1979<sup>18</sup>, a derrota da URSS no Afeganistão e o início do novo século islâmico, nos anos 1980 (RAPOPORT, 2004). No entanto, é mais correto e preciso enxergar o desenvolvimento desse processo como um fenômeno mais amplo de “antiglobalização”, de disputas entre as nações ricas e as nações menos desenvolvidas no âmbito externo e entre as elites privilegiadas e as classes, etnias e minorias marginalizadas no âmbito doméstico. Atores extremistas como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico não seriam capazes de infringir tantos danos se não tivessem o suporte de sociedades e grupos que não tiveram acesso aos benefícios do mundo globalizado. O terrorismo contemporâneo não deve, portanto, ser considerado como um fenômeno unicamente religioso; antes de qualquer coisa, ele se expressa como a continuação da disputa moderna entre os detentores de poder e os atores periféricos, sejam eles estatais ou não (CRONIN, 2003). A religião é utilizada apenas como instrumento ideológico de mobilização e, no continente africano, especialmente, não existe nada mais comum do que o uso da tradição religiosa como ferramenta de ordem política e de mobilização social (ELLIS, 1996).

Assim, conforme conclui Cronin (2003),

O terrorismo que ameaça a estabilidade internacional e, em particular, a liderança global dos EUA, está centrado em causas políticas que são contínuas: do fraco contra o forte [...] e do revolucionário contra o defensor do *status quo*. [...] [O] fato de que tantas pessoas em tantas nações estão sendo deixadas para trás deu novas munições a grupos terroristas; produziu maior simpatia por aqueles que estavam dispostos a enfrentar os Estados Unidos; e estimulou os movimentos radicais islâmicos a recrutar, propagar e apoiar o terrorismo em muitas partes do mundo muçulmano. A rede da Al-Qaeda é uma organização terrorista religiosa extremista, [...] o Talibã é repleto de fanáticos religiosos e seus recrutas suicidas estão convencidos de que travam uma guerra justa e sagrada. Mas as forças motrizes do terrorismo do século XXI são o poder e a frustração, não a busca do princípio religioso (CRONIN, 2003, p.54-55 – tradução nossa).

---

<sup>18</sup> A Revolução Iraniana de 1979 transformou o Irã, até então uma monarquia aliada aos países ocidentais, em uma República Islâmica sob a liderança do Aiatolá Khomeini (ANDERSON; SLOAN, 2009).

#### **4 TERRORISMO NA ÁFRICA OCIDENTAL E A NOVA AGENDA SECURITÁRIA PÓS-11/09/2001**

O objetivo do presente capítulo consiste em analisar empiricamente dois casos paradigmáticos de grupos militares islâmicos que se fazem presentes na região da África Ocidental – a saber, a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), na Argélia e no Mali, e o *Boko Haram*, na Nigéria –, com a intenção de exemplificar e trazer para a realidade aspectos formativos e evolutivos-chaves do movimento terrorista contemporâneo na região. Através desses estudos, será verificado como a estruturação desses grupos está inserida em um complexo contexto das realidades internas dos Estados, baseadas nos seus históricos de dependência externa, e relacionadas a uma nova conjuntura internacional estabelecida após a Guerra Fria, que colaborou com a formação de atores militares não estatais no continente africano. Ademais, este capítulo também visa a compreender como foi construída a nova lógica política e securitária mundial após os atentados de 11 de Setembro de 2001, através de uma análise da nova agenda de segurança do século XXI. Também se pretende entender como essa nova lógica afetou o continente africano e acabou desenvolvendo um processo de militarização da África Ocidental, pelo qual os EUA foram o principal responsável, por meio, especialmente, da implantação do Comando dos Estados Unidos para a África, o AFRICOM.

##### **4.1 GRUPOS TERRORISTAS NA ÁFRICA OCIDENTAL: OS CASOS DA AL-QAEDA NO MAGREB ISLÂMICO E DO BOKO HARAM**

As origens dos grupos terroristas contemporâneos, solidificados através do compartilhamento de ideologias religiosas comuns, remontam a eventos como a Revolução Iraniana de 1979, a resistência antissoviética no Afeganistão e ao estabelecimento da rede Al-Qaeda por Osama Bin Laden no Paquistão, em 1988. Com o objetivo de realizar a *Jihad* islâmica (Guerra Santa) e a criação de Estados islâmicos, essa organização se estabeleceu como uma grande opositora à influência ocidental no mundo e a todos os governos e atores que representassem uma ameaça aos interesses do Islã, especialmente Israel e os Estados Unidos. Desenvolvendo, então, uma forte motivação antiocidental e antiamericana, a rede Al-Qaeda, com bases no Paquistão, no Afeganistão e momentaneamente no Sudão durante os anos 1990, passou a oferecer auxílio a grupos muçulmanos que estivessem enfrentando governos seculares e que

compartilhassem da ideologia islâmica. Cabe salientar que, conforme mencionado anteriormente, apesar do aspecto religioso servir como grande catalisador do terrorismo contemporâneo e de ter grande importância na atração de adeptos, a religião é apenas uma justificativa ideológica para legitimar a violência empreendida pelos grupos em questão, os quais possuem, na verdade, objetivos que são primariamente políticos (CRENSHAW, 2010a).

Dessa maneira, a formação de redes islâmicas a partir dos anos 1970, somado a fatores internos de ordem social, política e econômica discutidos no capítulo anterior, acabaram por influenciar a geração de inúmeros grupos militantes islâmicos em países com populações muçulmanas significativas, principalmente na zona árabe islâmica do Norte africano e do Oriente Médio, em países como o Egito, a Líbia e a Argélia (GEORGE; YLÖNEN, 2010). Mas foi particularmente após a intensa resposta internacional aos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, fundamentada no lançamento da “Guerra ao Terror” global, que se verificou uma grande ampliação e difusão de grupos terroristas de tendência islâmica pelo mundo – a descentralização e propagação de células da rede Al-Qaeda é um caso paradigmático desse fenômeno. O alastramento geográfico e sustentado do movimento jihadista, também em consequência da globalização e do ambiente comunicacional moderno, elevou o terrorismo “islâmico” a um novo patamar de relevância nos assuntos de paz e segurança internacional, passando a representar uma das principais ameaças à ordem securitária global e aos países e valores ocidentais (CRENSHAW, 2010a).

Assim, conforme argumenta González (2016), nas últimas décadas se produziu uma espécie de “efeito contágio” das atividades de grupos terroristas islâmicos, que foram se difundindo do Grande Oriente Médio em direção a regiões sensíveis da África Transaariana e Ocidental (em territórios que se estendem da fronteira Mauritânia-Mali até a Somália e do sul da Argélia até o norte nigeriano). Tais grupos aproveitaram as características estruturais políticas, econômicas e sociais dessas áreas para se instalar, angariar adeptos e propagar o movimento jihadista (GONZÁLEZ, 2016). Dessa forma, a guerra contra ao terrorismo acabou elevando novamente a importância estratégica da África Subsaariana na lógica política internacional, emergindo como uma nova fronteira mundial do terrorismo. Importa notar que, mais uma vez, a África Ocidental – e o continente africano como um todo – se viu inserida em um conflito de contexto internacional, que não tinha origens unicamente locais, assim como ocorreu durante a Guerra Fria (DAVIS, 2007).

Então, a emergência de grupos terroristas islâmicos contemporâneos como uma manifestação da oposição islâmica contra o Estado secular e o mundo ocidental está ligada simultaneamente a fatores políticos, crises socioeconômicas e elementos da conjuntura internacional (GEORGE; YLÖNEN, 2010). Condições internas de altos índices de pobreza, falta de oportunidades econômicas e políticas, impactos prejudiciais dos Programas de Ajuste Estrutural, contradições étnicas, radicalização religiosa, incapacidade governamental de controle territorial, falta de legitimidade e porosidade de fronteiras combinam-se para criar um ambiente propício para a constituição e desenvolvimento dos grupos em questão. Esses grupos apresentam, ainda, intensa capacidade de recomposição e reconstrução, uma vez que as soluções impostas por atores externos e governos regionais para a problemática – pela via armada, essencialmente -, não endereçam os fatores históricos e estruturais do fenômeno (GONZÁLEZ, 2016; MILLS, 2007).

Nesse íterim, serão analisados dois casos emblemáticos de grupos terroristas de tendência islâmica constituídos na África Ocidental nas últimas décadas, a saber: a Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), na Argélia e no Mali, e o *Boko Haram*, na Nigéria. Pretende-se observar, em cada caso, os aspectos formativos desses atores, suas motivações, objetivos, ideologias e atividades, bem como as principais respostas nacionais e internacionais a suas atuações. Acredita-se que tanto a AQMI quanto o *Boko Haram* apresentam-se como dois dos maiores grupos terroristas islâmicos presentes na região estudada e sua análise empírica se faz necessária para melhor compreender os aspectos formativos e evolutivos de grupos extremistas na África e as motivações para suas atividades. As reações globais ao terrorismo na África Ocidental, apesar de apontadas nos estudos de caso, serão examinadas mais a fundo na seguinte seção do capítulo.

#### **4.1.1 A Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI)**

O grupo atualmente conhecido como Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) tem suas origens nos anos 1990, quando do embate entre o exército argelino no poder e as forças insurgentes do Exército Islâmico da Salvação (EIS), braço armado do partido Frente Islâmica da Salvação (FIS). Como visto no Capítulo 2, a intervenção militar nas eleições de 1992 gerou grandes revoltas e movimentos islâmicos se intensificaram. Um dos grupos formados neste íterim consistiu no Grupo Islâmico Armado (GIA), de feitio mais radical, se opondo

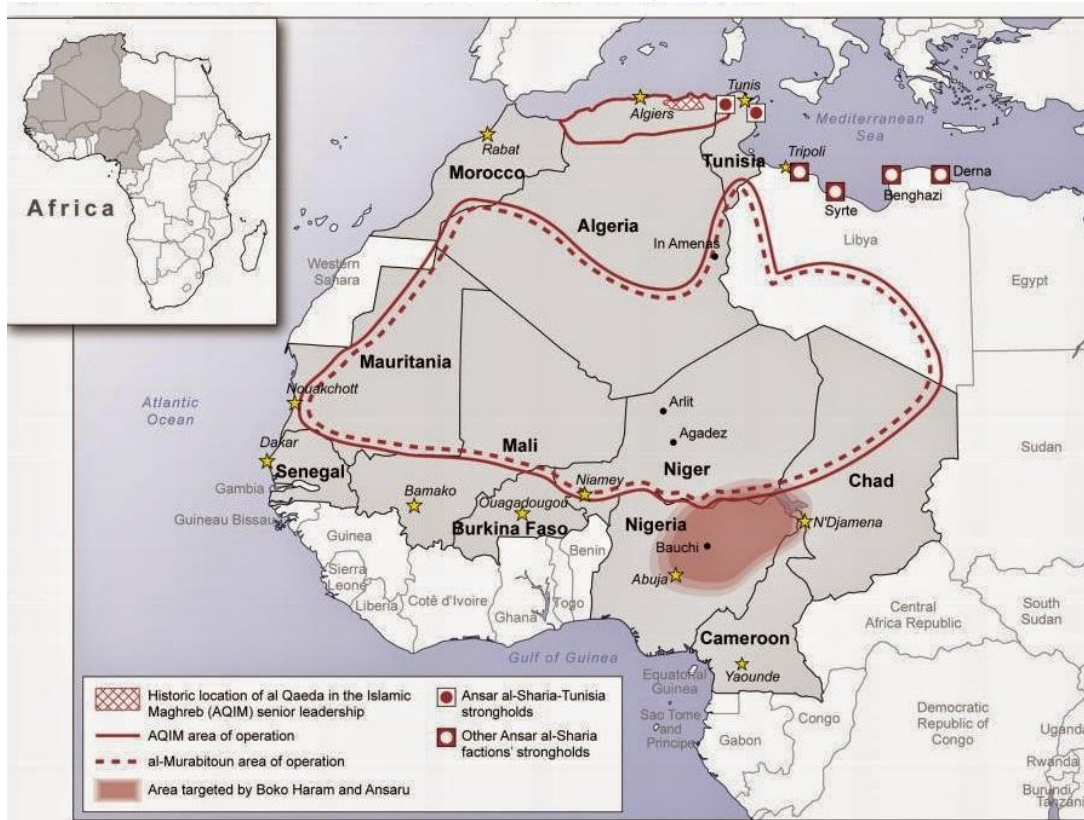
veementemente a qualquer compromisso com o regime no poder e empreendendo ataques violentos não só em postos militares, mas também contra civis. O GIA logo tomou a frente do movimento jihadista na Argélia, mobilizando as camadas islâmicas mais empobrecidas da sociedade e declarando guerra inclusive à FIS. No entanto, a alienação da população mais moderada e as políticas de linha-dura do grupo fizeram com que este perdesse apoio doméstico e credibilidade internacional. Alguns líderes emergentes que rejeitavam os ataques a civis acabaram, então, se desligando do GIA e constituíram o Grupo Salafista para Pregação e Combate (GSPC), em 1998, herdando no processo parte da estrutura de comando do GIA e de sua rede internacional de células terroristas, inclusive na Europa. Hassan Hattab, principal dirigente do GSPC, permitia apenas ataques contra alvos militares e acabou angariando apoio da Al-Qaeda de Bin Laden, abraçando, então, a ideologia da *Jihad* global (GEORGE; YLÖNEN, 2010; HARMON, 2010).

O GSPC foi o grupo islâmico que passou a chamar maior atenção na Argélia nos anos 2000, tanto pelas suas ligações com a Al-Qaeda, quanto pelas suas atividades, que se tornaram cada vez mais internacionalizadas - apesar dos objetivos doméstico de implantação de um Estado islâmico ainda persistirem (GEORGE; YLÖNEN, 2010). Dessa forma, no início do novo século e após a instauração da Guerra ao Terror pelos EUA, o grupo jihadista passou a voltar suas operações para o sul, em direção a Estados da zona do Sahel, como o Níger, a Mauritânia e, principalmente, o Mali (REKAWEK, 2014). Sob a liderança mais radical de Sahraoui a partir de 2003, o grupo afirmou ser responsável por inúmeros ataques, em sua maioria contra alvos militares, além de estar envolvido em atividades regionais de tráfico e contrabando, que auxiliavam no seu financiamento (HARMON, 2010).

O sequestro de 32 turistas europeus no deserto maliense despertou atenção internacional para o grupo, principalmente dos EUA, que encontrou na ampliação das atividades da organização a justificativa para implementar, em 2002, a Iniciativa Pan-Sahel (IPS). Esta Iniciativa consistiu no primeiro órgão do programa securitário norte-americano para a região da África Ocidental, abarcando os Estados do Níger, do Chade, da Mauritânia e do Mali. O discurso do governo Bush defendia o estabelecimento dessa Iniciativa como forma de conter os avanços do movimento jihadista na região, fortalecendo as capacidades dos Estados mencionados e prevenindo a implantação de novas bases terroristas no território. Contudo, o programa acabou não atingindo suas metas e em 2005 foi ampliado e substituído pela Iniciativa Contraterrorista

Transaariana (ICTTS), a qual passou a incluir a Argélia, a Nigéria, o Marrocos, a Tunísia e o Senegal, além dos Estados envolvidos na antiga IPS (HARMON, 2010). O novo programa tinha como metas conter a expansão e as atividades do GSPC, expandir o auxílio econômico às populações de maioria islâmica da região - de forma a prevenir o aumento do fundamentalismo e do apelo terrorista -, além de fornecer apoio logístico-militar para o exército e para as forças policiais dos Estados envolvidos. Em 2010, essa iniciativa seria novamente substituída, dessa vez pela Parceria Contraterrorista Transaariana (PCTTS), a qual passou a englobar também Burkina Faso e Camarões (na Figura 4 estão em realce todos os Estados envolvidos na PCTTS) (ROBERTO, 2013). Cabe destacar que a Argélia, a partir das iniciativas norte-americanas, passou a figurar como um dos principais parceiros dos EUA na luta antiterrorista na região.

**Figura 4 – A Parceria Contraterrorista Transaariana e as Áreas de Operação da AQMI e do Boko Haram (2009-2014)**



Fonte: US Government Accountability Office (GAO, 2014).

O movimento de internacionalização do GSPC atingiu um novo patamar em inícios de 2007, quando o grupo foi oficialmente incorporado à rede Al-Qaeda, finalmente adotando a

nomenclatura de Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) (REKAWEK, 2014). Dessa forma, comprometida com o impulso jihadista global, a organização, ao atrelar-se efetivamente à rede Al-Qaeda e jurar lealdade à Bin Laden, tinha em vista renovar o apoio local das populações islâmicas e ampliar sua legitimidade regionalmente. Isso demonstra que ambas as agendas, externa e interna, da AQMI estavam conectadas e continuaram sendo significativas para o grupo (REKAWEK, 2014; GEORGE; YLÖNEN, 2010). No entanto, de acordo com Harmon (2010), a evolução e as ações do GSPC/AQMI durante os anos 2000 foram também muito voltadas para a sua própria sobrevivência. A expansão para os países do Sahel, sobretudo para o norte do Mali, foi consequência das intensas dificuldades de sustentação do grupo no território argelino, uma vez que o governo deste país, com auxílio norte-americano, rechaçou o grupo veementemente. Assim, não sobrou escolha para o grupo jihadista se não aproveitar o ambiente propício do deserto do Saara e as fronteiras porosas dos países que o compõem para alastrar sua esfera de atuação pelo Sahel – a área da atividade da AQMI também pode ser verificada na Figura 4, demarcada pela linha contínua no mapa -, afetando definitivamente a situação securitária da região (HARMON, 2010; KOEPF, 2014).

O ano de 2012 consistiu no ápice da atuação da AQMI no Mali e nos países vizinhos. Os efeitos da Guerra Civil na Líbia possibilitaram o fluxo de grandes quantidades de armamentos pesados dos arsenais líbios para fora do país - o qual se encontrava totalmente desestabilizado após a intervenção da OTAN de 2011. A chegada desses novos equipamentos, somada às condições políticas e socioeconômicas debilitadas do norte do Mali e os avanços dos grupos étnicos tuaregues<sup>19</sup> na região criaram condições de instabilidade generalizada. A AQMI, aproveitando-se dessa situação, assegurou posições no território e formou alianças com pequenos grupos insurgentes que compartilhavam de ideologias islâmicas e modos de operação comuns, como o Ansar Al Din e o Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (MUJAO). A intensa atividade de grupos terroristas de tendência islâmica no Mali ao longo de 2012, principalmente da AQMI, levou o governo interino do país a pedir auxílio externo para lidar com a problemática (GONZÁLEZ, 2016).

---

<sup>19</sup> “Existem sobreposições entre os grupos terroristas do Sahel e os movimentos separatistas na região, mais notadamente no norte do Mali. As relações entre os terroristas e o grupo rebelde tuaregue [...] são difíceis de rastrear e muitas vezes são interpretados por políticos malienses para deslegitimar a reivindicação dos tuaregues pela independência do norte do Mali” (KOEPF, 2014, p.15, tradução nossa).

Tendo isso em vista, em janeiro de 2013 foi levada a cabo uma intervenção militar multinacional no Mali, com o comando da França – como parte da sua política de manter ativa influência nas ex-colônias francófonas -, e com apoio logístico dos EUA e de outros aliados ocidentais. Tal intervenção, que tinha por objetivo a paralisação das ações dos grupos insurgentes no norte maliense, produziu duas consequências-chaves para a região: a consolidação da militarização do Sahel, já em pleno vapor após o estabelecimento das iniciativas militares norte-americanas; e a maior propagação do movimento jihadista islâmico pelos países vizinhos, que se estenderam para novas regiões na Argélia, no Níger e até mesmo na Líbia. Após a retirada francesa, foram estabelecidas forças de paz da ONU, através da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA, do inglês) (GONZÁLEZ, 2016; PENNA FILHO, 2014).

Apesar da inauguração da MINUSMA e da dispersão dos movimentos terroristas no Sahel após a intervenção externa, estes grupos não foram totalmente neutralizados. Condições como a falta de controle governamental sobre os territórios nacionais, a porosidade das fronteiras, a corrupção e as divergências étnicas e sociais continuam possibilitando a emergência e o prosseguimento das atividades de atores armados. O fator terrorista ainda persiste na região, através principalmente de pequenos comandos islâmicos com atividades em menor escala no deserto. Em se tratando da AQMI, é visível o fracasso do grupo em sua tentativa de depor o regime argelino e estabelecer um Estado islâmico; muito desse fracasso se deve a falta de apoio local ao movimento e ao enfraquecimento do grupo ao longo dos anos. No entanto, mesmo não representando forte ameaça para o Estado argelino na atualidade, o grupo continua desafiando a estabilidade securitária da região, uma vez que ainda em 2013 foram relatadas atividades perpetradas pelo grupo no Mali, na forma de atentados suicidas, assassinatos e sequestros, os quais continuam ocorrendo de forma esporádica atualmente (GONZÁLEZ, 2016; KOEPF, 2014).

#### **4.1.2 O Boko Haram**

A Nigéria vem passando por graves desafios securitários nas últimas décadas, principalmente devido ao extremismo islâmico que assola a metade norte do país e ameaça a integridade territorial e o poder governamental nigeriano, além da segurança dos países vizinhos na região do lago do Chade (ISA, 2010). A insurgência de grupos terroristas de tendência



islâmica é largamente favorecida pela frágil estrutura política e socioeconômica da Nigéria, herança da unificação artificial realizada pela ex-metrópole inglesa de sub-regiões com intensas diferenças étnicas e culturais (PENNA FILHO, 2014). As regiões norte e nordeste do país, de população predominantemente muçulmana, não possuem acesso suficiente aos recursos estatais e veem-se inseridas em um contexto de extrema pobreza, de possibilidades educacionais limitadas e de marginalização política em relação ao sul do país, cristão e com melhores índices de desenvolvimento. Dessa forma, diferenças ideológicas de ordem étnica e religiosa acabam somando-se às disparidades socioeconômicas regionais e produzem o ambiente necessário para o advento do extremismo e da radicalização (OBI, 2006). Conforme Isa (2010), “a percepção de negação de direitos e de dominação por outros cria as bases para os conflitos identitários, e as identidades se tornam altamente politizadas quando se trata de questões de controle político e poder econômico” (ISA, 2010, p. 319, tradução nossa).

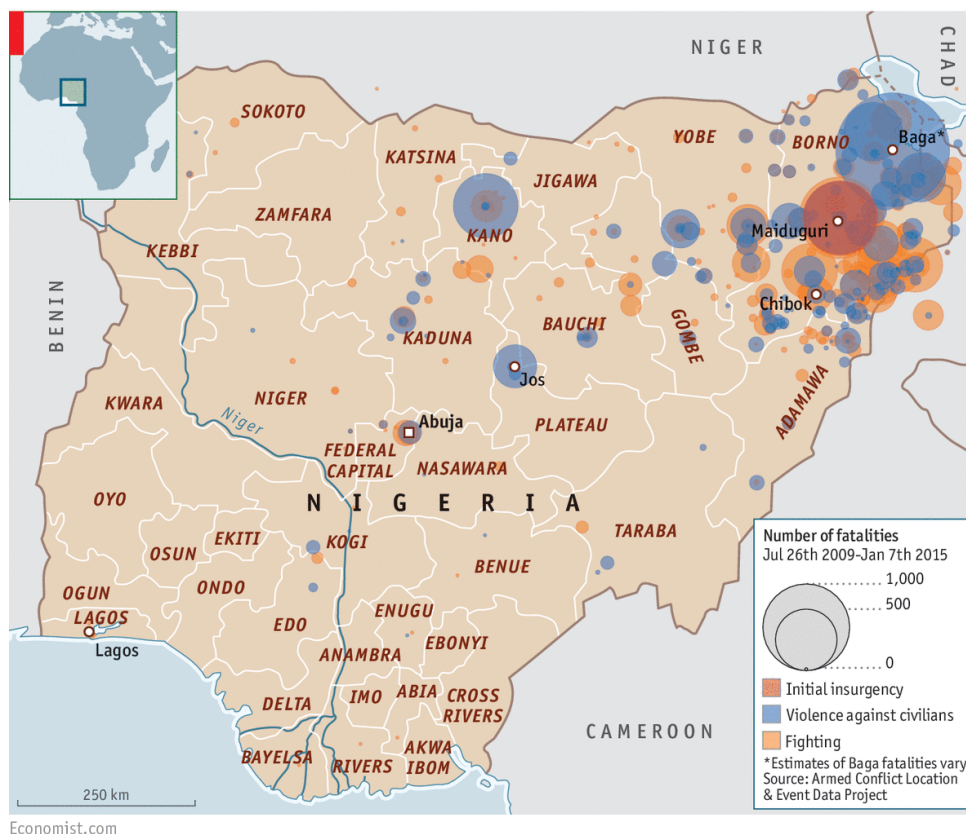
Apesar da sua intensificação a partir dos anos 2000, o islamismo militante apresenta raízes bastante profundas na Nigéria. O Califado de Sokoto, criado no início do século XIX no norte do país e em zonas do Níger, representou a base da resistência islâmica ao domínio colonial britânico e ao governo secular e obteve forte apoio da população em seu propósito de implantar a lei islâmica da *Sharia*. Mais recentemente, na década de 1970, aflorou também no norte nigeriano o movimento Maitatsine, que inaugurou essa nova fase de radicalização islâmica no país, inspirada pela Revolução Iraniana de 1979. Espalhando-se da região de Kano para outros estados setentrionais, a seita procurava incitar as populações menos abastadas a utilizar de meios violentos contra membros da elite e não muçulmanos, com a intenção de derrubar o governo secular, implantar a lei islâmica nacionalmente e aderir ao movimento jihadista global contra a influência cultural ocidental (SODIPO, 2013; AGBIBOA, 2013).

Foi nesse plano de fundo que em 2002 se estabeleceu o Boko Haram, fundado pelo clérigo Mohammed Yusuf na cidade de Maiduguri, em Borno, nordeste nigeriano (SOLOMON, 2015). O grupo é a expressão mais recente do movimento islâmico na região e partilha da ideologia islâmica tradicional de seus predecessores. Tendo isso em vista, sua principal intenção é a derrubada da ordem estatal secular e de tendências ocidentais do Estado da Nigéria, substituindo-a, através da violência, por um modelo puramente baseado no Islã. A nomenclatura Boko Haram pode ser traduzida da língua Hausa como “proibição da educação ocidental”, considerada pelo grupo uma ameaça aos valores e costumes tradicionais das comunidades

muçulmanas. Sendo assim, o grupo também se opõe aos membros da elite muçulmana que receberam educação ocidental, associando o secularismo aos dirigentes no poder e mobilizando as camadas populares insatisfeitas com as desigualdades sociais, as injustiças e com a corrupção generalizada característica do governo nigeriano (SODIPO, 2013; AGBIBOA, 2013). Assim, como aponta Solomon (2015b), “a luta do Boko Haram pela [implantação da] lei da *Sharia* na Nigéria deve também ser vista como uma luta por justiça social e inclusão, com a religião sendo utilizada como um veículo para a mobilização das massas” (SOLOMON, 2015, p.99, tradução nossa).

Nos seus primeiros anos de atividade, Yusuf passou a comandar uma rede de pequenas células do grupo espalhadas por cidades do norte da Nigéria, realizando ataques em comunidades locais a símbolos da autoridade estatal, como postos policiais e alvos políticos (ISA, 2010). Com o passar dos anos, o Boko Haram cresceu em tamanho e logrou mobilizar milhares de pessoas em várias cidades no norte da Nigéria e em países vizinhos como o Chade e o Níger (SODIPO, 2013). A escalada de conflitos e atentados violentos em 2009, na cidade de Maiduguri, resultou na morte de Yusuf por forças opositoras governamentais, em uma ação que durou cinco dias e deixou mais de 700 pessoas mortas e cerca de 5 mil desabrigados (AGBIBOA, 2013; ISA, 2010). No entanto, após um breve recuo, o grupo ressurgiu em 2010, mais confiante e violento, transformando-se em uma grande rede de células terroristas com táticas mais avançadas e com a ambição de tornar-se um ator chave no movimento jihadista global, inclusive desenvolvendo relações com a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) e o Al-Shabaab, presente na Somália. O renascimento do grupo foi acompanhado de uma nova onda de radicalização e atentados violentos, com alcance territorial cada vez maior. No mapa da Figura 5 pode-se verificar a ampliação geográfica das operações do Boko Haram na Nigéria entre 2009 e 2015, que alcançou inclusive a capital Abuja, através de um atentado na sede da ONU em junho de 2011. Segundo Agbibo (2013), nos primeiros dez meses de 2012 mais de 900 pessoas foram mortas em ataques realizados pelo Boko Haram (AGBIBOA, 2013).

Figura 5 – Área de Atuação do Boko Haram (2015)



Fonte: The Economist (2015).

O avanço da instabilidade e da violência fez com que o presidente Goodluck declarasse estado de emergência em maio de 2013 nos três estados do nordeste nigeriano (Yobe, Borno e Adamawa), além de iniciar uma grande ofensiva militar na região, com auxílio logístico dos EUA. No entanto, as ações do exército nigeriano foram incapazes de conter a insurgência islâmica, devido ao seu caráter fortemente descentralizado, à ineficácia dos serviços de inteligência do país e ao aumento da insatisfação da população com o governo, que via a utilização indiscriminada da força pelo regime como uma tentativa de campanha genocida e anti-islâmica contra o nordeste nigeriano (GONZÁLEZ, 2016; CAMPBELL, 2014).

A subida do muçulmano nortista Muhammadu Buhari à presidência do país em 2015 alterou a correlação de forças do Estado. Sendo ele mesmo líder militar da reserva do Exército nigeriano, Buhari adotou como um de seus principais objetivos a eliminação do grupo *Boko Haram*. Nesse sentido, lançando mão da Força Multinacional de Ação Rápida (FMAR), em conjunto com tropas regionais do Níger e do Chade, efetivou ações mais concretas e conseguiu

arrefecer a atividade militar do grupo no norte da Nigéria. A reação do governo acabou fazendo com que o *Boko Haram* estabelecesse novas bases e refúgios em países vizinhos da região do lago do Chade, aproveitando a porosidade das fronteiras e internacionalizando ainda mais suas atividades. Sendo assim, apesar dos avanços governamentais, inúmeras células do grupo extremista continuam ativas em determinadas localidades dos estados nortenhos da Nigéria e de países vizinhos. Ademais, diferentes grupos de tendência islâmica, como o Ansaru e o Movimento Yusufista, também permanecem operantes, ameaçando a segurança das populações do norte da Nigéria (GONZÁLEZ, 2016).

#### 4.2 A NOVA AGENDA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL PÓS-11 DE SETEMBRO: A “GUERRA AO TERROR” EM ANÁLISE

Anteriormente aos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington, o terrorismo não era um assunto prioritário na agenda securitária norte-americana e mundial. A grande estratégia<sup>20</sup> de defesa dos EUA era amplamente fundamentada em noções realistas, de que as principais ameaças à hegemonia global do país emanariam apenas de outros Estados (como a China ou a Rússia) e não de atores militares não estatais. Mesmo após os atentados nas embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, os EUA tendiam a minimizar a importância das discussões a respeito do movimento terrorista, ignorando de forma geral a relevância do mesmo. No entanto, a situação sofreu uma grande transformação após os atentados em 2001. Os EUA responderam imediatamente através do lançamento da “guerra global contra o terrorismo” e o fenômeno passou a ocupar lugar de destaque na agenda de segurança nacional e na política externa norte-americana, bem como de seus aliados e de organismos internacionais, como a ONU (CRENSHAW, 2010b).

---

<sup>20</sup> Utiliza-se aqui o conceito de “grande estratégia” de Crenshaw (2010b), o qual “representa uma concepção mais inclusiva, que explica como todo um arsenal de recursos do Estado pode ser ajustado para garantir a segurança nacional. Essa noção determina quais são os interesses vitais do Estado, identifica as ameaças críticas contra tais interesses e especifica os meios de enfrentá-las. [...] Consiste em um amplo arcabouço que vai coordenar os objetivos das estratégias individuais. A grande estratégia explicaria, por exemplo, como ações concebidas para defender a nação contra o terrorismo podem e devem estar vinculadas a outros objetivos de política externa – tais como impedir a emergência de grandes potências concorrentes, difundir a democracia e controlar a proliferação de armas de destruição em massa (ADMs)” (CRENSHAW, 2010b, p.51).

#### 4.2.1 A “Guerra ao Terror” Global

Os atentados perpetrados pela rede Al-Qaeda vieram a intensificar a noção de que a cultura islâmica representaria uma ameaça aos valores de liberdade e democracia e à segurança das sociedades ocidentais. Tal processo acabou servindo de pretexto para as invasões no Afeganistão e no Iraque e para outras inúmeras intervenções militares e ações unilaterais realizadas pelos EUA e seus aliados em países muçulmanos, que, na verdade, tinham como objetivo a preservação dos seus próprios interesses estratégicos (GONZÁLEZ, 2016). Assim, as potências mundiais passaram a catalogar certos países como patrocinadores do terrorismo jihadista global, de forma a justificar o movimento contraterrorista e a violação do princípio de soberania estatal.

Em termos práticos, a primeira reação dos EUA dentro da agenda de “Guerra ao Terror” consistiu na intervenção militar no Afeganistão, ainda em 2001, com o intuito de destruir as bases territoriais da Al-Qaeda no país e derrubar o regime fundamentalista islâmico do Talibã, acusado de apoiar ativamente o grupo jihadista. A invasão contou com ampla cooperação política e diplomática internacional, principalmente dos países da OTAN, sendo vista como uma resposta legítima dos EUA; contudo, apesar de ter logrado retirar o Talibã do poder, a mobilização não conseguiu restringir o movimento da Al-Qaeda, que se expandiu ainda mais em várias regiões do globo (CRENSHAW, 2010b).

Ademais, nos anos que se seguiram, os EUA implementaram novas estratégias nacionais<sup>21</sup> para basilar o movimento contraterrorista. Nesses documentos, a potência considera que atores não estatais são fontes importantes de ameaça à segurança internacional e que Estados fragilizados podem ser perigosos ao oferecer um ambiente de refúgio para grupos terroristas islâmicos, assim defendendo medidas de autodefesa preemptiva levadas a cabo pelo governo norte-americano e por outros atores mundiais. Foi com respaldo nessas ideias que em 2003 os EUA iniciaram uma guerra preventiva contra o governo de Saddam Hussein no Iraque, acusado de manter vínculos com a rede Al-Qaeda e de ser um potencial fornecedor de Armas de Destruição em Massa (ADMs) para o grupo (informação provada falsa posteriormente). A Guerra no Iraque acabou se transformando em uma intensa guerra civil e sectária durante a década de 2000 e motivou ainda mais o sentimento antiamericano e antiocidental em populações árabes e

---

<sup>21</sup> Como exemplo, pode-se citar a nova Estratégia de Segurança Nacional de 2002, revisada em 2006, e a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo de Fevereiro de 2003.

muçulmanas no mundo, devido ao caráter unilateral e assertivo da invasão, fazendo com que muitos atores se opusessem a sua continuidade, como o próprio Conselho de Segurança da ONU. Além disso, a campanha culminou em um efeito ainda maior de propagação de células terroristas islâmicas por regiões do Grande Oriente Médio, da África Subsaariana e até mesmo da Europa, motivadas pelas políticas contraterroristas dos EUA, que muitas vezes feriam as liberdades civis e a soberania dos Estados nos quais se envolviam (CRENSHAW, 2010a; CRENSHAW, 2010b).

Dessa forma, os meios empreendidos pela “Guerra ao Terror” para fazer oposição ao movimento terrorista global não são considerados adequados por inúmeros estudiosos. Deve-se levar em consideração que o terrorismo se apresenta, primariamente, como um problema político, calcado em diferenças sociais e econômicas de desenvolvimento. Responder à problemática com o uso da força militar unilateral dificilmente gerará estabilidade no longo prazo, uma vez que o movimento tem capacidade de se regenerar constantemente se seus determinantes estruturais não forem devidamente endereçados por meios políticos e diplomáticos, respeitando a soberania dos Estados (CRENSHAW, 2010a). Ademais, as ações norte-americanas podem ser percebidas como parte de seu plano de manter-se como *hegemon* global, utilizando da expansão terrorista como justificativa para preservar seus interesses de política externa.

Alicerçado nos princípios do contraterrorismo, no entanto, a atenção dos EUA voltou-se novamente para o continente africano, especialmente para a região do Chifre e para a África Ocidental. O potencial africano de se tornar um terreno fértil para ações e movimentos terroristas justificou sua inclusão na nova agenda securitária norte-americana (MILLS, 2007). A necessidade de integrar a região na sua esfera de segurança mundial se fazia ainda mais necessária devido aos objetivos dos EUA de diversificar suas fontes de importação de petróleo - uma vez que suas tradicionais fontes do Oriente Médio se viam ameaçadas - e de fazer frente à crescente e sustentada presença chinesa no continente (ESTERHUYSE, 2010).

#### **4.2.2 Contraterrorismo na África Ocidental: o AFRICOM e a militarização da região**

Como antes mencionado, desde 2002 os EUA vêm realizando uma série de iniciativas de “assistência” no continente africano de combate ao terrorismo - em especial na região da África Ocidental -, com a intenção de garantir e proteger seus interesses securitários internacionalmente, promover a governança democrática, fortalecer as capacidades regionais de combate ao terror e

reforçar os laços políticos e militares com governos aliados da região (MUNDY, 2010; REEVE; PELTER, 2014). Além das iniciativas e parcerias supracitadas nos estudos de caso, como a Parceria Contraterrorista Transaariana (PCTTS), os EUA estabeleceram um novo Comando militar para a África em 2007, o AFRICOM (Comando dos Estados Unidos para a África), que passou a servir como o baluarte militar-estratégico norte-americano para o continente africano. A implantação do AFRICOM foi reflexo, portanto, de um amplo processo de escalada da militarização da África pelos EUA, demarcando uma mudança no caráter de envolvimento dos EUA no continente, de reativo para proativo (CHAN; VOLMAN; KEENAN, 2010; ESTERHUYSE, 2010).

Os objetivos oficiais do governo norte-americano com a implementação do Comando Africano e da PCCTS eram, assim, de reforçar suas relações com alguns regimes chaves no poder, de forma a garantir aliados regionais, e melhor capacitá-los militarmente para lidar com a problemática do terrorismo, auxiliando-os por meio de programas de assistência securitária, treinamentos e venda de armas. Entretanto, ao se analisar os principais destinos desses programas - na sua maioria para a região da África Ocidental, em países como a Nigéria, a Argélia, o Mali, o Chade e a Guiné Equatorial, por exemplo -, percebe-se que os interesses dos EUA vão muito além da assistência contra o terrorismo (CHAN; VOLMAN; KEENAN, 2010). Portanto, sua ingerência no continente - em especial na África Ocidental - é motivada primariamente pela manutenção de sua presença geoestratégica, política e econômica na África, antes das necessidades e interesses dos países africanos (ESTERHUYSE, 2010).

Inserido em sua estratégia de diminuir a dependência petrolífera de países do Médio Oriente, os quais se encontram em situações bastante instáveis, o petróleo africano passou a figurar como uma das principais fontes energéticas norte-americanas, em um contexto de aumento da demanda pelo combustível internamente - em 2010, a África já era responsável por 25% do petróleo importado pelos EUA (ROBERTO, 2013). Além disso, a Nigéria e a Argélia estão entre os quinze maiores produtores do combustível mundialmente e entre os três maiores produtores do continente, e aparecem na lista dos dez maiores fornecedores de petróleo para os EUA (MUNDY, 2010). Tendo isso em vista, é perceptível que, de acordo com Mundy (2010), “o olhar imperial dos Estados Unidos [...] está profundamente focado nas reservas de minerais e de hidrocarbonetos vitais no Norte e no Oeste da África” (MUNDY, 2010, p.9, tradução nossa).

Afora o petróleo, a progressiva presença da China no continente constitui outro fator determinante para a maior atuação dos EUA e de seus aliados na África. Como considerado anteriormente, a participação chinesa nas relações com os países africanos, ampliada durante a década de 2000, foi decisiva para aumentar a importância estratégica da região. De maneira a não perder influência e acesso, os EUA trataram, então, de tomar iniciativas para contrabalançar a China, vista como uma ameaça aos interesses econômicos dos países ocidentais. A criação do Comando também serviu, dessa forma, para expandir a capacidade diplomática e de política externa dos EUA na África, com a perspectiva de intensificar a competição com a China e com outros países emergentes que tiveram influência crescente no continente (ESTERHUYSE, 2010).

Como o interesse petrolífero e a rivalidade chinesa não bastavam para fundamentar tamanho envolvimento militar norte-americano na África (certamente tais pretextos não seriam vistos com bons olhos pela comunidade internacional), os EUA encontraram na presença da Al-Qaeda no Magreb Islâmico, do *Boko Haram* e de outros pequenos grupos insurgentes a justificativa para a militarização do continente e para o estabelecimento de seus órgãos e programas securitários, como o AFRICOM. No entanto, apesar dos grupos terroristas citados representarem uma ameaça real à paz e à segurança da região, existem dúvidas se essa ameaça seria suficiente para justificar o tamanho envolvimento dos EUA e se o país não acabou exagerando a gravidade do problema de forma a legitimar a militarização do oeste africano (MUNDY, 2010).

Em relatório produzido pelo International Crisis Group (2005), aponta-se que mesmo com altos níveis de contrabando, tráfico de drogas, tráfico humano e fronteiras porosas, fatores que se somam a condições estruturais de subdesenvolvimento e pobreza, o nível de atividade terrorista na região da África Ocidental é relativamente baixa para produzir uma ameaça internacional consideravelmente preocupante (ICG, 2005). Na mesma direção, Rekawek (2014), mais recentemente, argumenta que o fracasso dos movimentos jihadistas em estabelecer bases sólidas e estruturadas na região do norte do Mali e as dificuldades de coordenação entre os diferentes grupos terroristas presentes no Saara-Sahel e na África Ocidental em geral, demonstram a incapacidade desses atores em construir um novo “arco de instabilidade” e em representar uma ameaça à segurança global (REKAWEK, 2014). No entanto, isso não quer dizer que a presença residual da AQMI no Mali e do *Boko Haram* na região do Lago do Chade deva ser tratada como um problema ínfimo e desimportante.



Cabe salientar que, além dos EUA, a França continua exercendo papel importante e ativo na região da África Ocidental, sobretudo na África francófona, impondo sua agenda de paz e segurança através da União Europeia. Como visto na seção anterior, Paris encabeçou a resposta multinacional aos avanços da Al Qaeda no Magreb Islâmico no Mali, contribuindo para a instabilidade e a militarização do Saara-Sahel. Com bases permanentes no Chade e no Gabão e outras inúmeras bases temporárias, tropas estacionadas e forças especiais, a França prossegue com sua política de interferência nos assuntos internos dos Estados africanos e possui fortes interesses estratégicos, econômicos e militares na região onde exerce influência – o norte do Mali contém o segundo maior depósito de urânio no mundo, mineral que alimenta 80% da indústria de eletricidade francesa (GONZÁLEZ, 2016; CHAN; VOLMAN; KEENAN, 2010).

Esterhuyse (2010) considera que existe uma apreensão dentro de círculos africanos e internacionais de que o envolvimento militar das potências externas no continente para lidar com a problemática terrorista acabe, na verdade, piorando a situação, culminando em um processo de “iraquização” da África (ESTERHUYSE, 2010). A abordagem com enfoque militar-institucional levada a cabo tanto pelos EUA, pela França e por seus aliados quanto pelos governos africanos é alvo de extensas críticas. A maior preocupação baseia-se no fato de que

a forte presença americana no continente chamará a atenção de seus inimigos e que, como durante a Guerra Fria, a África uma vez mais virá a ser o campo de batalha pelo poder e conflitos militares de grandes potências: os Estados Unidos v. a China, por exemplo, e especialmente as forças militares norte-americanas e seus inimigos terroristas internacionais (ESTERHUYSE, 2010, p.82).

A resposta militar internacional desmedida para problemas políticos de ordem local e regional acabaram, dessa forma, exacerbando as tensões e os conflitos presentes na África Ocidental. Tal situação trouxe maiores dificuldades socioeconômicas e fez crescer o sentimento antiamericano dentro das populações africanas, o que levou à expansão dos movimentos armados islâmicos e de grupos rebeldes no continente (ROBERTO, 2013). Os governos africanos, ao priorizarem também o enfoque militar como a única solução para o problema, acabam perpetuando o fenômeno de dependência de atores externos, uma vez que estes carecem dos meios e recursos econômicos, logísticos e militares para resolver sozinhos os distúrbios extremistas (GONZÁLEZ, 2016). Além disso, de acordo com Obi (2006), “esse intervencionismo é muitas vezes estratégico e vertical, excluindo as bases e muitas vezes prejudicando a justiça

social, a consolidação democrática, a redistribuição econômica e o crescimento” dos países africanos (OBI, 2006, p.93, tradução nossa). Portanto, os regimes africanos devem, antes de tudo, investir em uma maior coordenação regional para se dirigir aos problemas securitários que assolam seus territórios (GONZÁLEZ, 2016).

Com a atenção voltada para a ampliação de capacidades securitárias e de inteligência, portanto, os esforços internacionais e nacionais de construção da paz no longo prazo falham em endereçar as raízes complexas dos conflitos que assolam o oeste africano, sobretudo os Estados do Mali e da Nigéria, apesar dos avanços dos últimos anos (OBI, 2006). Dessa maneira, poucos recursos são despendidos para lidar com as condições de incapacidade e ilegitimidade governamental, de desigualdade socioeconômica e de marginalização de populações alienadas, que são fontes estruturais de instabilidades políticas e estão no cerne da constituição de grupos armados não estatais. Ademais, esforços diplomáticos devem ser empregados de forma a melhor endereçar as necessidades das comunidades muçulmanas presentes na região e desmistificar a noção estereotipada de que o islamismo por si só consiste em um movimento religioso radical e extremista (MILLS, 2007).

## 5 CONCLUSÃO

Com o presente trabalho, pretendeu-se examinar e analisar os determinantes dos processos de eclosão e de ampliação da atividade de grupos islâmicos terroristas na região da África Ocidental, principalmente a partir dos anos 1990 e após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Pode-se considerar que tais movimentos constituem fenômenos multicausais, possuindo uma variedade de determinantes históricos, estruturais e conjunturais, internos e externos aos Estados africanos, os quais podem ser sistematizados em três diferentes níveis de análise – histórico-estatal, sistêmico e conjuntural. De maneira geral, o terrorismo contemporâneo na região em análise é reflexo de novas disputas de poder “modernas”, tanto domésticas quanto externas aos países, que foram estabelecidas principalmente a partir do término da Guerra Fria. Tais disputas se deram por meio de competições internas, a partir da ascensão de grupos armados não estatais, de conflitos interestatais por territórios e recursos, e de rivalidades de âmbito internacional, entre as principais potências econômicas do período, como os EUA e a China.

Processos históricos de formação estatal, condicionados e influenciados por interesses de agentes externos ao continente – das ex-metrópoles ou das potências da Guerra Fria, por exemplo -, produziram terreno fértil para o surgimento de novos atores e grupos subnacionais, os quais viriam a ameaçar o panorama securitário da região no século XXI. Assim, no nível de análise histórico-estatal, tem-se que a construção político-social dos Estados da região foi altamente demarcada por relações de dependência e expropriação econômica e cultural perante as potências estrangeiras. A experiência colonial, ao modernizar desigualmente diferentes territórios e modificar extensamente as estruturas econômicas dos países africanos, acabou amplificando diferenças internas e formando um novo sistema de classes, intensificando a segmentação de diferentes grupos étnicos e religiosos localizados, muitas vezes, em um mesmo Estado e aumentando a possibilidade de tensões e confrontos intraestatais. Na Nigéria, por exemplo, a união de três sub-regiões com características distintas em um mesmo território estatal e a atenção desigual empregada pela Inglaterra no desenvolvimento dessas terminou por estabelecer um quadro de fragilidade político-social e de permanente conflito entre grupos étnicos, sociais e religiosos contraditórios no país, elementos que se fizeram determinantes para o surgimento de atores armados não estatais na contemporaneidade.

Ademais, mesmo após os processos de emancipação, a grande maioria dos Estados do continente, apesar do esforço em estabelecer capacidades regionais e continentais de cooperação, ficou subordinado ou vinculado às antigas metrópoles europeias, através de acordos de ordem política, econômica e militar e por meio de laços de patronagem e clientelismo estabelecidos entre as elites no poder e os governos das potências industrializadas. Ainda, faltava aos Estados independentes a implantação de uma unidade entre os grupos heterogêneos que os compunham, bem como a ampliação da participação política e da distribuição de recursos entre os variados estratos da sociedade, uma vez que os dirigentes e seus favorecidos domésticos e estrangeiros enriqueciam com base nas relações personalizadas e em esquemas corruptos. Tal panorama intensificou ainda mais as diferenças intrassociedade, já que as elites governantes africanas viam maior vantagem em conservar os sistemas neocoloniais para assegurar a continuidade de seus regimes. Assim, o caráter de dependência era continuamente perpetrado pelas elites no poder, que deixavam de endereçar as fragilidades sistêmicas e estruturais de seus Estados, fontes de instabilidades e desequilíbrios domésticos, que só não evoluíram para situações de colapso estatal devido ao ambiente de equilíbrio de poder do sistema internacional na Guerra Fria, entre os EUA e a URSS.

No final dos anos 1980, as pressões de agentes e organismos externos por reformas democratizantes e a imposição dos Programas de Ajuste Estrutural vieram a gerar maiores instabilidades socioeconômicas internamente aos países africanos, especialmente na África Ocidental. Com a derrocada da URSS e o final da Guerra Fria, nos anos 1990, e com a consequente perda momentânea de importância estratégica da África para o resto do mundo, os líderes no poder se viram sem capacidade de articulação política e perderam grande parte de sua legitimidade, uma vez que já não possuíam o mesmo nível de apoio externo do período anterior. A configuração de cenários domésticos de colapso estatal, guerras civis e de golpes de Estado em países como a Nigéria, a Argélia e o Mali serviu de catalisador, então, para o crescimento de tensões entre grupos internos divergentes e para a mobilização de camadas menos favorecidas por líderes étnico-religiosos e regionais, que passaram a representar uma forte ameaça à ordem política africana vigente, formando grupos armados de militância islâmica, milícias rebeldes e grupos terroristas.

A nível sistêmico, por sua vez, considera-se que a presença de competições entre atores externos, das rivalidades da Guerra Fria e de disputas intercapitalistas na região da África

Ocidental contribuiu de forma decisiva para o surgimento dos grupos em questão. Ainda dentro do sistema bipolar mundial, o envolvimento dos EUA e da URSS, em especial, teve impacto significativo nos territórios africanos. Com o intuito de conter a influência de seu rival, as duas superpotências exploravam os conflitos étnico-regionais internos dos Estados da África, comuns devido ao histórico de interferência externa e pelas suas formações tardias, de forma a proteger seus interesses de política externa nas esferas política, econômica e militar.

Com o advento da globalização e a partir do final da Guerra Fria, novas competições foram estabelecidas, principalmente devido à crescente presença chinesa no continente africano, bem como de outros países em ascensão, que ameaçavam a hegemonia e os interesses norte-americanos. A emergência da China como uma estável parceira estratégica foi, portanto, um fator chave que renovou a importância da África para o sistema internacional e abriu os olhos do mundo em relação ao novo quadro que se formava no continente, no qual as questões de paz e segurança tomavam lugar de maior relevância.

Finalmente, determinantes da nova conjuntura global pós-11 de Setembro também foram substanciais na formação e, sobretudo, na expansão e alastramento de atores armados não estatais no continente africano e, mais especificamente, na África Ocidental. Fatores como o aumento da relevância estratégica da África, a intensificação da competição global por recursos naturais e energéticos e o avanço de questões de ordem securitária no continente, que evoluíram a partir de meados dos anos 1990, somaram-se ao estabelecimento pelos EUA e seus aliados ocidentais de uma nova agenda de segurança internacional após os atentados terroristas em Nova Iorque e Washington. Tal agenda, calcada nos princípios da “Guerra ao Terror”, utilizou, na verdade, a ameaça terrorista como justificativa para assegurar seus interesses em regiões consideradas estratégicas e acabou modificando profundamente as políticas mundiais de paz e defesa.

A partir da implantação do contraterrorismo foi verificado, dessa forma, um grande fenômeno de difusão de grupos terroristas de tendência islâmica - em especial de células da rede Al-Qaeda - e do movimento jihadista pelo mundo, facilitado pelo ambiente moderno globalizado. A partir de então, a África Ocidental teve sua importância ampliada na lógica política e securitária internacional e emergiu como uma nova fronteira da atividade terrorista. Os meios empreendidos pelas potências ocidentais (EUA e França, principalmente) para lidar com a problemática do terrorismo na região, no entanto, são passíveis de inúmeras críticas. A resposta internacional calcada na força militar e em atividades unilaterais – a implementação do

AFRICOM se apresenta como um exemplo paradigmático desse processo – é considerada inadequada e insuficiente para levar uma estabilidade duradoura para a região em questão. Ao contrário, as soluções militares empregadas para a resolução de problemas que são, em realidade, políticos, terminaram por acentuar as instabilidades e conflitos ali presentes, culminando em maiores dificuldades socioeconômicas e ampliando o sentimento antiocidental e antiamericano dentre as populações locais. Sendo assim, ao voltarem suas atenções para gerenciar melhorias das capacidades militares e de segurança na África Ocidental, os esforços internacionais e nacionais em lidar com o terrorismo falharam em endereçar seus determinantes estruturais e históricos, como as disparidades étnicas, culturais, regionais e religiosas, as desigualdades sociais, a falta de legitimidade política e institucional e as vulnerabilidades econômicas, por exemplo.

Enfim, conclui-se que o fenômeno do terrorismo de tendência islâmica na região em foco foi produto de fatores dos mais variados escopos, desde aspectos de desenvolvimento interno dos Estados até elementos determinados pelas mudanças de conjuntura do sistema internacional pós-Guerra Fria e pós-11 de setembro. Cabe destacar que tais fatores estão intimamente correlacionados e se influenciam mutuamente (a formação político-social dos Estados africanos esteve largamente conectada aos movimentos e influências de atores extrarregionais, por exemplo). Assim, a hipótese considerada, de que cada um dos níveis de análise apresentados desempenhou um importante papel no que tange o surgimento e a evolução dos grupos terroristas presentes na África Ocidental, verifica-se na realidade.

As conclusões tiradas nesse trabalho, de intenção mais generalizada, possibilitam, como agenda de pesquisa futura, um aprofundamento do estudo dos grupos terroristas específicos que se manifestam na região da África Ocidental e de seus determinantes locais. Além disso, também podem ser mais profundamente abordadas as complexas relações que se estabeleceram entre os diversos atores não estatais presentes ali e se essas ligações configuram ou não uma ameaça considerável aos interesses ocidentais e, mais especificamente, à hegemonia militar e estratégica norte-americana no mundo e no continente africano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Sean K.; SLOAN, Stephen. **Historical Dictionary of Terrorism**. 3. ed. Lanham: The Scarecrow Press, Inc., 2009.
- AGBIBOA, Daniel. The Ongoing Campaign of Terror in Nigeria: Boko Haram versus the State. **Stability: International Journal of Security & Development**, [S.l.], v. 2, n. 3, p.1-18, 10 Oct. 2013. Disponível em: <<https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.cl/>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- BOULANIN, Vincent. France. In: ISMAIL, Olawale; SKÖNS, Elisabeth (Ed.). **Security Activities of External Actors in Africa**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. p. 38-58.
- BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift: the real story of China in Africa**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2009.
- CAMPBELL, John. **Boko Haram: origins, challenges and responses**. Oslo: NOREF (Norwegian Peacebuilding Resource Centre), Oct. 2014. (NOREF Policy Brief). Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/184795/5cf0ebc94fb36d66309681cda24664f9.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CARDOSO, Nilton César Fernandes. Segurança Regional e Integração no Chifre da África: IGAD e os processos de paz no Sudão e na Somália. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MIGON, Eduardo Glaser (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS, 2016.
- CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. 3rd. ed. Boulder, Co: Lynne Rienner Publishers, 1999.
- CHAN, Stephen; VOLMAN, Daniel; KEENAN, Jeremy. The Origins of AFRICOM: the Obama administration, the Sahara-Sahel and US militarization of Africa. **Association Of Concerned Africa Scholars Bulletin**, [S.l.], v. 85, p. 84-90, 2010. Disponível em: <<http://concernedafricascholars.org/bulletin/issue85/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CHENG, Joseph Y. S.; SHI, Huangao. China's African Policy in the Post-Cold War Era. **Journal Of Contemporary Asia**, [S.l.], v. 39, n. 1, p.87-115, Feb. 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/249041742\\_China's\\_African\\_Policy\\_in\\_the\\_Post-Cold\\_War\\_Era](https://www.researchgate.net/publication/249041742_China's_African_Policy_in_the_Post-Cold_War_Era)>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: the politics of State survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CRENSHAW, Martha. Introdução: o terrorismo visto como um problema de segurança internacional. In: HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do (Org.). **Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010a. p. 25-46.

CRENSHAW, Martha. A Estratégia Contraterrorista dos Estados Unidos. In: HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes do (Org.). **Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010b. p. 49-77.

CRONIN, Audrey Kurth. Behind the Curve: Globalization and International Terrorism. **International Security**, Cambridge, Massachusetts, v. 27, n. 3, p.30-58, dez./mar., 2002-2003. The MIT Press. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/3092113?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3092113?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 25 abr. 2017.

DAVIS, John. Introduction: Africa's road to the War on Terror. In: DAVIS, John (Ed.). **Africa and the War on Terrorism**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007. p. 1-14.

ELLIS, Stephen. Africa after the Cold War: new patterns of government and politics. **Development And Change**, Oxford, UK, v. 27, n. 1, p.1-28, Jan. 1996. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/9104>>. Acesso em: 26 out. 2017.

ENGELS, Bettina. Mapping the Phenomenon of Militias and Rebels in Africa. In: OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine (Ed.). **Militias, Rebels and Islamist Militants: human insecurity and state crises in Africa**. Tshwane: Institute For Security Studies, 2010. p. 69-87.

ESTERHUYSE, Abel. A *Iraqização* da África. **Air & Space Power**, [S.l.], v. 12, n. 1, p.74-86, jan. 2010. Disponível em: <[http://www.au.af.mil/au/afri/aspj/apjinternational/apj-p/2010/2010-1/2010\\_1\\_07\\_esterhuyse\\_p.pdf](http://www.au.af.mil/au/afri/aspj/apjinternational/apj-p/2010/2010-1/2010_1_07_esterhuyse_p.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GEORGE, Eric; YLÖNEN, Aleski. Armed Islamist Groups in Egypt, Algeria and Morocco. In: OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine (Ed.). **Militias, Rebels and Islamist Militants: human insecurity and state crises in Africa**. Tshwane: Institute For Security Studies, 2010. p. 341-364.

GHAMARI, Magdalena El. Jemen: the Proxy War. **Securitologia**, [S.l.], v. 22, n. 2, p.43-56, 2015. Disponível em: <<http://10027.indexcopernicus.com/abstracted.php?level=5&ICID=1203782>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. El Terrorismo em África: un nuevo factor de desestabilización y de inseguridad en el continente. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MIGON, Eduardo Glaser (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS, 2016. p. 213-232.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HARMON, Stephen. From GSPC to AQIM: the evolution of an Algerian islamist terrorist group into an Al-Qa'ida affiliate and its implications for the Sahara-Sahel region. **Association Of Concerned Africa Scholars Bulletin**, [S.l.], v. 85, p. 12-29, 2010. Disponível em: <<http://concernedafricascholars.org/bulletin/issue85/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.



HARSHE, Rajen. India and Africa in the Post-Cold War Period: an overview. **International Studies**, [S.l.], v. 47, n. 2-4, p.347-361, Apr. 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002088171104700417?journalCode=isqa>>. Acesso em: 26 out. 2017.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa**: comparative lessons in authority and control. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000.

HUANG, Chin-Hao; ISMAIL, Olawale. China. In: ISMAIL, Olawale; SKÖNS, Elisabeth (Ed.). **Security Activities of External Actors in Africa**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. p. 15-37.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP - ICG. **Islamist Terrorism in the Sahel**: fact or fiction?. Dakar/Brussels: ICG, 2005. Disponível em: <[https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/92-islamist-terrorism-in-the-sahel-fact-or-fiction\\_0.pdf](https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/92-islamist-terrorism-in-the-sahel-fact-or-fiction_0.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2017.

ISA, Muhammed Kabir. Militant Islamist Groups in Northern Nigeria. In: OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine (Ed.). **Militias, Rebels and Islamist Militants**: human insecurity and state crises in Africa. Tshwane: Institute For Security Studies, 2010. p. 313-340.

ISMAIL, Olawale; SKÖNS, Elisabeth. Introduction. In: ISMAIL, Olawale; SKÖNS, Elisabeth (Ed.). **Security Activities of External Actors in Africa**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. p. 1-14.

KOEPF, Tobias. The “New” Sahelian Terrorist Landscape – actors and challenges. In: BARRIOS, Cristina; KOEPF, Tobias. **Re-mapping the Sahel**: transnational security challenges and international responses. Paris: EU Institute Of Security Studies, June 2014. p. 11-18. (ISSUE Report, 19). Disponível em: <[http://publications.europa.eu/resource/cellar/8df5efe5-4c66-401a-934c-a3ea4f13a2df.0001.02/DOC\\_1](http://publications.europa.eu/resource/cellar/8df5efe5-4c66-401a-934c-a3ea4f13a2df.0001.02/DOC_1)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KUBAI, Anne N.. Historical and Cultural Dimentions of Militia and Rebel Groups in Africa. In: OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine (Ed.). **Militias, Rebels and Islamist Militants**: human insecurity and state crises in Africa. Tshwane: Institute For Security Studies, 2010. p. 45-67.

MANDELA, Nelson. **Lightning your Way to a Better Future**. Johannesburg, 16 July 2003. Speech delivered at the launch of Mindset Network. Disponível em: <[http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub\\_view.asp?pg=item&ItemID=NMS909](http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS909)>. Acesso em: 11 dez. 2017.

MAP of Southern Africa. **Global City Map**, [S.l.], [2017]. Disponível em: <<http://www.chinatourmap.com/world-maps/africa/west-africa-map.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MILLS, Greg. Africa’s New Strategic Significance. In: DAVIS, John (Ed.). **Africa and the War on Terrorism**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007. p. 17-27.

MUNDY, Jacob. Introduction: securitizing the Sahara. **Association Of Concerned Africa Scholars Bulletin**, [S.I.], v. 85, p. 1-11, 2010. Disponível em: <<http://concernedafricascholars.org/bulletin/issue85/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism: the last stage of imperialism**. New York: International Publishers, 1966. Disponível em: <[https://www.prisoncensorship.info/archive/books/Economics/Neo-Colonialism\\_KwameNkrumah.pdf](https://www.prisoncensorship.info/archive/books/Economics/Neo-Colonialism_KwameNkrumah.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

OBI, Cyril I. Terrorism in West Africa: Real, emerging or imagined threats?. **African Security Review**, [S.I.], v. 15, n. 3, p.87-101, Jan. 2006. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/240953796\\_Terrorism\\_in\\_West\\_Africa\\_Real\\_Emergi ng\\_or\\_Imagined\\_Threats](https://www.researchgate.net/publication/240953796_Terrorism_in_West_Africa_Real_Emergi ng_or_Imagined_Threats)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine. Introduction: towards conceptualisation and understanding of the threats of armed non-state groups to human security and the state in Africa. In: OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine (Ed.). **Militias, Rebels and Islamist Militants: human insecurity and state crises in Africa**. Tshwane: Institute For Security Studies, 2010. p. 1-44.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. O Papel da Guerra de Biafra na Construção do Estado Nigeriano: da independência à Segunda República (1960-1979). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, MS, v. 3, n. 6, p.228-253, jun./dez. 2014. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3002>>. Acesso em: 23 set. 2017.

PENNA FILHO, Pio. Da África do Norte para a África Subsaariana: Grupos radicais islâmicos no Mali e na Nigéria. **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, [S.I.], v. 15, n. 146, p.46-52, nov./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/M47e15005/8877>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PERLO-FREEMAN, Sam. The United Kingdom. In: ISMAIL, Olawale; SKÖNS, Elisabeth (Ed.). **Security Activities of External Actors in Africa**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. p. 82-104.

RAPOPORT, David C.. The Four Waves of Modern Terrorism. In: CRONIN, Audrey K.; LUDES, James M. (Ed.). **Attacking Terrorism: elements of a grand strategy**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2004. p. 46-73.

REEVE, Richard; PELTER, Zoë. **From New Frontier to New Normal: counter-terrorism operations in the Sahel-Sahara**. London: Remote Control Project, 2014. Disponível em: <[http://www.oxfordresearchgroup.org.uk/publications/briefing\\_papers\\_and\\_reports/sahel\\_counte rterrorism\\_new\\_normal](http://www.oxfordresearchgroup.org.uk/publications/briefing_papers_and_reports/sahel_counte rterrorism_new_normal)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

REKAWEK, Kacper. Terrorism in the Sahel in a Global Context: dismantling the narrative of "Afrighanistan". In: BARRIOS, Cristina; KOEPF, Tobias. **Re-mapping the Sahel: transnational security challenges and international responses**. Paris: EU Institute Of Security Studies, June 2014. p. 19-24. (ISSUE Report, 19). Disponível em:

<[http://publications.europa.eu/resource/ellar/8df5efe5-4c66-401a-934c-a3ea4f13a2df.0001.02/DOC\\_1](http://publications.europa.eu/resource/ellar/8df5efe5-4c66-401a-934c-a3ea4f13a2df.0001.02/DOC_1)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Da Conquista Europeia à Descolonização. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **História da África e dos Africanos**. 3. ed. Petropolis: Vozes, 2012. p. 56-98.

ROBERTO, Willian Moraes. A Guerra ao Terror no Norte da África. **Conjuntura Africana**, CEBRAFRICA-UFRGS, Porto Alegre, dez. 2013. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cebrafrica/wp-content/uploads/2017/06/A-Guerra-ao-Terror-no-Norte-da-%C3%81frica.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ROSER, Max. Colonialism. In: UNIVERSITY OF OXFORD. **Our World Data**. Oxford, [2009]. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/colonialism/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: form the Cold War to the War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHNECKENER, Ulrich. Fragile Statehood, Armed Non-State Actors and Security Governance. In: BRYDEN, Alan; CAPARINI, Marina (Ed.). **Private Actors and Security Governance**. Geneva: LIT & DCAF, 2006. p. 23-40.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da Coleção História Geral da África: Século XVI ao século XX**. Brasília, DF: Unesco, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002270/227008POR.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.

SKÖNS, Elisabeth. The United States. In: ISMAIL, Olawale; SKÖNS, Elisabeth (Ed.). **Security Activities of External Actors in Africa**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. p. 105-130.

SODIPO, Michael Olufemi. Travar o Extremismo no Norte da Nigéria. **Resumo de Segurança em África**, Washigton, DC: Centro de Estudos Estratégicos de África, v. 26, p.1-8, ago. 2013. Disponível em: <<http://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB26PT-Travar-o-Extremismo-no-Norte-da-Nig%C3%A9ria.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOLOMON, Hussein. **Terrorism and Counter-Terrorism in Africa: Fighting Insurgency from Al Shabaab, Ansar Dine and Boko Haram**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

SOUZA, André de Mello e; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. A Relevância do Terrorismo na Política Internacional Contemporânea e suas Implicações para o Brasil. In: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. Brasília: Ipea, 2014. p. 13-43. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3007>>. Acesso em: 26 out. 2017.

THE ECONOMIST. **The Blight of Boko Haram**. 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2015/01/daily-chart-10>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE - DOD. **U.S. Security Strategy for Sub-Saharan Africa**. Washington, DC, 1995. Disponível em <<http://archive.defense.gov/Speeches/Speech.aspx?SpeechID=943>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

U.S. GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE - GAO. **Combating Terrorism: U.S. efforts in northwest Africa would be strengthened by enhanced program management**. Washington: GAO, 2014. Disponível em: <<http://www.gao.gov/assets/670/664337.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Mundo Pós-Guerra Fria: o desafio do (ao) "Oriente"**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. As Independências, o Neocolonialismo e a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **História da África e dos Africanos**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014a. p. 99-144.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Da Marginalização ao “Renascimento Africano”. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **História da África e dos Africanos**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014b. p. 145-187.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A "Guerra Mundial Africana": um panorama dos novos conflitos após a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MIGON, Eduardo Glaser (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS, 2016. p. 17-30.

YOUNG, Crawford. **The African Colonial State in Comparative Perspective**. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1994.